



RELATÓRIO FINAL

Politicamente Desperto

PROJETO 'POLITICAMENTE DESPERTO': MAIS INFORMAÇÃO, MELHOR PARTICIPAÇÃO

Estudo sobre a participação política juvenil em Portugal: Resultados de um inquérito online e de grupos de discussão com jovens

RAQUEL MATOS, MÓNICA SOARES,
JOANA TORRES, RUI LEANDRO MAIA

Janeiro 2023

Ioeland
Liechtenstein
Norway



Active
citizens fund

 FUNDAÇÃO
BISSAYA BARRETO


CATOLICA
CEDH - CENTRO DE INVESTIGAÇÃO PARA
O DESENVOLVIMENTO HUMANO
PORTO


CNJ
CONSELHO
NACIONAL
DE JUVENTUDE





AGRADECIMENTOS

A equipa que desenvolveu este estudo agradece às entidades financiadoras do Projeto 'Politicamente Desperto', à Fundação Calouste Gulbenkian, à Fundação Bissaya Barreto e ao Conselho Nacional da Juventude, por tornarem este estudo possível.

Agradece também à Carolina Carneiro e à Maria Caldeira, pela participação na transcrição dos grupos de discussão.

A equipa deixa um agradecimento particular a cada jovem que, através da participação nos grupos de discussão ou através do preenchimento do inquérito online, contribuiu com ideias e reflexões tão valiosas. Obrigada.

LISTA DE ACRÓNIMOS

- BE** BLOCO DE ESQUERDA
- CDS-PP** CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PARTIDO POPULAR
- CNJ** CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE
- FEP-UCP** FACULDADE DE EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA - UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
- SPSS** STATISTICAL PACKAGE FOR THE SOCIAL SCIENCES
- IPDJ** INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE
- ISCTE** INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA
- IL** INICIATIVA LIBERAL
- LGBT** LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS E TRANSGÉNERO
- OPJ** ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM
- PAN** PESSOAS ANIMAIS NATUREZA
- PCP** PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
- PP1** PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FORMAL
- PP2** PARTICIPAÇÃO POLÍTICA SOCIAL-LABORAL
- PP3** PARTICIPAÇÃO CÍVICA-QUOTIDIANA
- PS** PARTIDO SOCIALISTA
- PSD** PARTIDO SOCIAL-DEMOCRATA
- SNS** SISTEMA NACIONAL DE SAÚDE

ÍNDICE

1. Introdução	11
a. Delimitação concetual de participação política.....	12
b. Especificidades da participação política juvenil em Portugal.....	14
c. Emancipação e participação política juvenil em Portugal.....	17
2. Estudo empírico: Objetivos específicos e enquadramento para uma metodologia mista	25
a. Notas sobre amostra, instrumentos e procedimentos da componente quantitativa.....	26
b. Notas sobre participantes, instrumentos e procedimentos da componente qualitativa.....	27
3. Resultados	33
a. Descrição sumária da participação política juvenil – global, por subgrupos e respetivas associações.....	34
b. Análise sociodemográfica e participação política.....	41
c. Emancipação e participação política – dimensões económicas e políticas.....	44
d. Emancipação e participação política – socialização.....	51
e. Emancipação e participação política – motivações, cognições e afetos.....	53
f. Emancipação e participação política – educação, conhecimentos políticos e capital social.....	56
g. Expectativas, preocupações e propostas para o futuro.....	59
h. Quando os/as jovens não participam formalmente.....	62
i. Incremento da participação política juvenil.....	71
4. Conclusões	79
5. Recomendações	87
6. Referências bibliográficas	93
7. Anexos	103
ANEXO 1: Questionário Participação e emancipação dos jovens em Portugal.....	104
ANEXO 2: Guião de entrevista Grupos focais.....	118



cap^{1.}

PROJETO 'POLITICAMENTE DESPERTO': MAIS INFORMAÇÃO, MELHOR PARTICIPAÇÃO

Introdução

A participação política constitui-se como um tema-chave no primeiro quartel do século XXI. Entre os aspetos políticos, económicos e sociais determinantes deste século, destacam-se: a estagnação dos horizontes de luta social que pavimentaram o século anterior e que deixaram várias promessas de progresso social, entretanto, esmorecidas (cf. Cruz, 1985; Ferreira, 2017a); a erosão da esfera pública a partir da expansão global de um modelo de regulação neoliberal que promoveu também a austeridade social e a precarização das condições de trabalho (Brown, 2015; Mirowski, 2013); o surgimento de vários retrocessos democráticos com o afamado caso das democracias iliberais (Kovacic & Dolenc, 2018); um clima perene de pós-verdade¹ em que a participação política se baseia frequentemente em notícias falsas e que parece reforçar-se em interações virtuais, na media social que permitem uma expressão fugaz e, não raramente, antipolítica da indignação social (Kalpokas, 2019; Hannan, 2018; Schradie, 2019); a abstenção eleitoral, assim como as múltiplas suspeitas face à representatividade das organizações e mediações políticas tradicionais (e.g., partidos, sindicatos) – a conhecida crise da representatividade democrática (Mair, 2013; Loader, Vromen & Xenos, 2014).

As subjetividades políticas que constituem e são constituídas a partir destas condições revelam várias inquietações sobre as crises da democracia liberal e são, frequentemente, emparceiradas com desafeição ideológica, com múltiplas desconfianças nas instituições públicas, com falta de preparação política, assim como com um descrédito nas possibilidades e no alcance do aparato democrático (cf. Magalhães & Moral, 2008; Silva & Costa, 2022; Soares, Malafaia, Ribeiro, Menezes, & Ferreira, 2022). Interrogamo-nos, assim, sobre como acontece a participação política neste cenário, em termos de quantidade, de qualidade e de prospeções para as sociedades futuras, focando especialmente os/as jovens, que não parecem ser exceção nem contratendência no que diz respeito a este diagnóstico. Pelo contrário, autores de diferentes quadrantes geográficos (e.g., Costa, Magalhães, Costa, Menezes, Silva & Ferreira, 2022; Ferreira, 2017a; Ehsan, 2018; Lobo & Sanches, 2017; O'Toole, Lister, Marsh, Jones & McDonagh, 2003; Ribeiro, Malafaia, Neves, Ferreira & Menezes, 2015; Silva, Fernandes-Jesus, Loff, Nata & Menezes, 2022) debatem a hipótese de que, perante estas condições históricas-subjetivas, a juventude é particularmente atingida, com impactos variados no exercício da sua participação política.

¹Apesar de ser possível discutir a utilidade do conceito em si e dos elementos que devem ser favorecidos na sua definição, o recurso à noção de pós-verdade pretende, sobretudo, ressaltar a existência de fatores psicológicos (e.g. experiências e afetos como expressões políticas máximas, aspetos aspiracionais e identitários em que a política se torna consumo), sociais (e.g., realidade social como uma questão de interpretação ad hoc) e tecnológicos-comunicacionais (e.g., preponderância da media social na difusão de diversos assemblages de informações, descentralização da criação de conteúdos) que, no seu conjunto, têm vindo a definir predominantemente a propaganda e comunicação política contemporânea (cf. Kalpokas, 2019).

A. DELIMITAÇÃO CONCEPTUAL DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Na Enciclopédia Internacional de Ciências Sociais e Comportamentais, participação política é definida, em linhas gerais, como o conjunto das “atividades voluntárias tomadas pela massa pública para influenciar a política pública, tanto diretamente como por influência indireta da seleção das pessoas que se encarregarão dessas políticas” (Uhlener, 2015: 504). Portanto, como traço definidor da participação política encontramos o conjunto de processos pelos quais diferentes agentes políticos tentam influenciar o curso de uma determinada organização social à qual pertencem. Esta participação pode ser estruturada em diversos tipos de atividades que diferem em tempo requerido, competências e conhecimentos necessários, impactos e implicações, considerando-se assim o pendor multidimensional deste conceito (cf. Parry, Moiser & Day, 1991).

Distinguiremos três subgrupos de participação política:

a) participação eleitoral-partidária (i.e., organizada, formal), que formaliza a dimensão política a partir da definição de estruturas próprias (e.g., parlamento), mediações políticas (e.g., partido) e com procedimentos-tipo (e.g., atos eleitorais);

b) participação política de base laboral-social, tal como mobilização a partir de sindicatos e/ou movimentos sociais (i.e., organizada, mas não necessariamente formal nem partidária), representando um nível intermédio de organização política (cf. DeMartini, 1983; Edelman, 2001);

c) participação cívica e quotidiana (i.e., descentralizada, tipicamente informal, comunitária), frequentemente voltada para o exercício mais amplo e pleno de cidadania a partir dos organismos da sociedade civil, com possibilidade de abarcar um conjunto de práticas diversas, de cariz individual (e.g., assinar uma petição) e/ou em associativo-colaborativo (e.g., associativismo académico ou desportivo, construção de coletivos de vizinhos, co-housing) (cf. Hodgkinson & Chatterton, 2006; Martínez, 2019; Stavrides, 2014; Yates, 2015). Podem ainda incluir formas de expressão artística, ação direta e atos de desobediência civil.

Existem três formas típicas para navegar esta nomenclatura, sendo que cada uma delas privilegia diferentes subgrupos:

a) abordagem formal, que nega que o segundo e terceiro subgrupos sejam, de facto, participação política, podendo eventualmente entender-se os movimentos sociais e sindicatos como uma antecâmara do processo formal – focos de pressão política (cf. Parry, Moiser & Day, 1991);

b) abordagem autónoma, que salienta as contraposições entre os diferentes subgrupos, e que defende uma migração da participação para a esfera de base social e, preferencialmente, cívica-comunitária, porque considera que a participação eleitoral e partidária está condenada à falência e impossibilita a mudança efetiva (e.g., Aureli & Pierpalo, 2017; Bollier, 2016; Esteva, 2015);

c) abordagem em circuito ou ecossistema, que entende a participação política como expressão de relações e processos sociais, organizada em diversas formas concretas de participação (cf. Silva & Costa, 2022). A forma como estes circuitos são gerados e ativados depende de circunstâncias históricas, de fenómenos de politização e significado que vão sendo construídos e reconfigurados (Cleaver, 2016). Logo, segundo esta abordagem, as atividades de movimentos sociais e cívicas-quotidianas são também elas políticas e será através delas que se materializará o ato eleitoral e formal (cf. Accornero & Pinto, 2015).

Para a primeira abordagem, a participação política juvenil só é vista como um problema quando o seu decréscimo é suficientemente forte para ameaçar a própria institucionalidade democrática-representativa liberal (Loader, Vromen & Xenos, 2014; ver também Silva et al., 2022). Para a segunda, os/as jovens não são agentes passivos, mas sim sujeitos pós-políticos atualizados face às circunstâncias históricas que enfrentam (cf. Bennett, 2003; Bianchi, 2018). A terceira abordagem, por sua vez, tende a pensar as formas de participação juvenil de maneira integrada, orquestradas a partir de diferentes circuitos e arranjos de ação política: nem todos os/as jovens são abertamente desengajados das formas convencionais e, muitos deles, atuam em política cívica-associativa, sem necessariamente procurarem uma orientação crítica profunda de cariz estético, cívico ou comunitário-colaborativa, ou sem, forçosamente, terem pouca ou muita preparação política (Harris, Wyn & Younes, 2010). Para esta última perspetiva, a distinção e dualista, presente nas abordagens anteriores, entre participação formal e autónoma torna-se redutora (cf. Parry, Moiser & Day, 1991).

Este relatório apresenta os principais resultados de um estudo centrado nas especificidades da participação política dos/as jovens e no entendimento dos seus respetivos padrões contemporâneos, ambicionando conhecer as dimensões que lhe estão associadas. O objetivo último é tecer recomendações que fomentem a participação política dos/as jovens para responder aos problemas de emancipação que enfrentam e para melhorar a vida democrática em Portugal. Isto não significa responsabilizar os/as jovens por quaisquer problemas políticos inerentes às suas atitudes e comportamentos; pelo contrário, significa conhecer a participação política dos/as jovens à luz das condições socioeconómicas e políticas atuais que delimitam as suas possibilidades de emancipação, procurando, ao mesmo tempo, exponenciar resoluções através do reforço da sua agência política.

B. ESPECIFICIDADES DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA JUVENIL EM PORTUGAL

Uma das hipóteses mais estudadas sobre a participação política juvenil, formula a passividade e desafeição política como problemas dos/as jovens, considerados intrinsecamente desmotivados, infantis e/ou alienados. Esta passividade, vista quase como uma fase de apatia desenvolvimental intrínseca, tem, no entanto, vindo paulatinamente a deixar de ser discutida desta forma (cf. *Ahmad, 2015*). Noutras teorizações, a passividade não se extingue, mas passa a ser associada sobretudo a um descrédito face à participação partidária-eleitoral. Interesse político e mobilização não devem ser confundidos (*Cruz, 1985; Harris, Wyn & Younes, 2010*), na medida em que os/as jovens têm interesse na política, mas a sua mobilização e participação efetiva pode ser bloqueada por diferentes dimensões (*Amna & Ekman, 2014; Magalhães & Moral, 2008*). De qualquer forma, o decréscimo da participação política em termos eleitorais e militantes – normalmente conhecido como o problema fundamental da participação política – é merecedor de atenção (cf. *Ribeiro et al. 2015*).

Dados do *European Social Survey* (ESS) de 2020 (cf. *Magalhães, 2022*) comprovam que a idade é o fator mais forte para predizer a participação eleitoral em Portugal. Ainda que a participação política dos/as jovens tenha aumentado ao longo dos últimos vinte anos – nomeadamente em termos de participação cívica, com a exceção do exercício do voto, que decresceu – salienta-se que apenas 47% dos/as jovens entre os 18 e os 24 anos de idade exerceu direito de voto nas últimas eleições tomadas para efeitos do estudo. Se olharmos para os/as jovens entre os 25 e os 34 anos, essa percentagem sobe para 66%, em linha com a média europeia (i.e., 67%). No estudo de Sagnier e colaboradores (2021), promovido pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, os/as participantes foram questionados acerca do voto ao longo da vida e os resultados são ligeiramente distintos: 14% dos/as jovens nunca votaram e 12% não votam na maioria das vezes, enquanto 53% vota sempre que há eleições.

Voltando aos dados do ESS, a participação eleitoral é tanto maior quanto maior a idade, sendo nos mais jovens (18 aos 24 anos) que o comportamento eleitoral se revela menos expressivo. Também o envolvimento partidário parece reduzido entre os/as jovens, em especial naqueles/as entre os 18 e os 24 anos, faixa etária em que atividades como contacto com políticos (7%) e trabalho para partidos políticos (3%) são reduzidas. Os/as jovens parecem participar também menos em comícios partidários, comparativamente com camadas mais velhas da população (*Lobo & Sanches, 2017*).

Face a este diagnóstico, é possível lançar a questão: se os/as jovens não apresentam participação política partidária ou eleitoral, ou apresentam menos do que os adultos, isso significa que não participam ou que participam de outras formas? A resposta a esta questão passa, antes de mais, por questionar se a não participação formal é, de facto, uma não participação política. Por exemplo, a abstenção eleitoral pode ser entendida como uma forma de participação política (*Maia, 2002; O'Toole et al., 2003*). A literatura que aponta para uma abordagem autónoma da forma política no entendimento da participação política juvenil, pode ser especialmente relevante neste ponto. Há alguma evidência de que os/as jovens estão a participar politicamente, mas de forma reconfigurada e/ou crítica, privilegiando uma participação cívica-quotidiana orientada por causas, estilos de vidas ou projetos, menos mediada por instituições partidárias, mais diversificada e mais associada a redes de media social, conhecida usualmente como política de todos os dias ou faça por si mesmo - DIY politics (*Clark, 2016; Ehsan, 2018*) ou como cidadão jovem em rede (*Loader, Vromen & Xenos, 2014*).

As explicações desta modificação em termos de participação política juvenil, têm oscilado entre uma crítica antipolítica como forma atual de radicalidade juvenil (*Farthing, 2010*) e uma extensibilidade dos processos políticos devido à falta de oportunidades ou conhecimentos, ou seja, como mecanismo compensatório (*Costa et al., 2022*). Como orientação antipolítica, alguns jovens optam por uma abordagem de terceira via, procurando em meios comunitários, um espaço para a performance de atividades que espelham os seus projetos políticos. Normalmente, a sua subjetividade política é caracterizada por desânimo apreendido, sem estarem necessariamente mal preparados em termos de participação formal – cidadãos em *standby* (*Amna & Ekman, 2014*). No entanto, nem sempre encontramos um cenário antipolítico bem delimitado. Na verdade, os espaços sociais-cívicos podem conter em si a intensificação de certos processos de antagonismo e confrontação política (e.g., grupos antifascistas e nacionalistas identitários buscam estes espaços para expressar as suas posturas políticas) (cf. *Soares et al., 2022*), e não para evitar ou contornar a confrontação política em si.

Por sua vez, como mecanismo compensatório, deve-se reconhecer que a difícil integração política dos/as jovens nas instituições tradicionais pode ser compensada por via das plataformas digitais e cívicas-quotidianas, nos seus contextos imediatos de vida (cf. *Silva et al., 2022*). Dito de outra forma, há um fosso entre o interesse político dos/as jovens e as possibilidades oferecidas pelo sistema político formal. Como alternativa, o envolvimento cívico-colaborativo pode parecer mais intuitivo, mais direto e menos burocrático, com alcance de resultados reconhecíveis no meio imediato de vida, ainda que possivelmente efémeros e circunscritos no tempo (*Silva & Costa, 2022*). Nesta ótica, a importância e a centralidade do exercício do voto e da participação em campanhas ou

na vida partidária, não são necessariamente colocadas em causa, embora muitos/muitas jovens reconheçam que pensar e atuar politicamente significa ir além da política formal, surgindo a política social e cívica como mais estimulante, associada a experiências mais marcantes e mais significativas, e provendo as oportunidades barradas pela estrutura formal (Silva et al., 2022).

Porém, se olharmos especificamente à participação cívica-quotidiana, em Portugal, dados do ESS (cf. Magalhães, 2022) mostram expressões tímidas de participação cívica, como por exemplo boicotes de produtos por razões políticas, o que poderá colocar em causa tanto a hipótese de antipolítica como a de mecanismo compensatório. Nos/as jovens entre os 15 e os 24 anos, as práticas de envolvimento cívico, em Portugal, encontram-se muito abaixo da média da Europa. Ainda assim, têm vindo a ser percebidas algumas formas de participação cívico-quotidianas, com particular mobilização nas redes sociais, evidenciando uma atração dos/as jovens por este tipo de participação (cf. Costa et al., 2022; Silva & Costa, 2022; Silva et al., 2022). Dados relativos a 2022, revelam que, comparativamente com o que acontecia em 2007 e 2015 (cf. Costa, 2022), os mais jovens, entre os 15 e os 24 anos, são aqueles que se envolvem mais em grupos desportivos, associações e movimentos sociais, embora se envolvam significativamente menos em eleições, sindicatos, paróquias e ordens profissionais.

Em termos numéricos, falamos de um universo de apenas 12% de jovens a participar em ações juvenis ou de estudantes e 10% em manifestações (Sagnier et al., 2021), sendo assinar uma petição a forma de participação mais frequente (Lobo & Sanches 2017; Sagnier et al., 2021). Globalmente, podemos dizer que há maior valorização de práticas cívico-quotidianas, mas ainda assim, em Portugal, esta valorização não é tão expressiva como em jovens de outros países da União Europeia. Dada a sua expressão reduzida em Portugal, pode o envolvimento cívico-colaborativo ser a resposta antipolítica ou compensatória para as inquietações acerca da participação política juvenil? Como, em alternativa, enquadrar estes dados numa perspetiva de circuito? O reconhecimento de que a participação política juvenil privilegia o envolvimento social e cívico, ainda que em Portugal, como vimos, de forma pouco significativa, pode gerar uma atitude de relaxamento otimista em relação à qualidade da participação realmente existente e ao seu fomento integral.

Por um lado, é certo que a visão delegatária e representativa, em que o voto é o único ato político que importa, representa um problema que merece uma visão crítica (i.e., política como um ato mecânico, desengajado e pontual). Por outro lado, não deve assumir-se que a incorporação numa base social e/ou cívica seja em si mesmo uma ativação compensatória suficiente, que pode efetivamente fazer face às críticas apontadas ao aparato formal. Ainda que o envolvimento cívico-colaborativo seja mais intuitivo, naturalizado como comunitário e a autoeficácia para participação nos processos políticos seja superior (Diemer & Li, 2011), existem outros problemas nesta postura que não podem ser escamo-

teados: orientação a causas políticas, valorização dos problemas que são reconhecidos como tal pelos indivíduos, restrição a uma marca política mais atrativa (Farthing, 2010).

Cai-se, assim, na armadilha do dualismo da eleição das formas de participação, além de que a participação política se torna cada vez mais indiferenciada de um conjunto de práticas de ajuda mútua e associativismo ao mesmo tempo que vários problemas estruturais saem negligenciados e, portanto, reforçados (e.g., falta de preparação para a compreensão das instituições públicas e sobre a institucionalidade política, deficiências nos currículos escolares, emancipação retardada que impede uma participação política mais plena). Pouco se diz sobre a qualidade e evolução destas experiências de participação, pois a avaliação fundamenta-se num critério quantitativo, isto é, em que parece que, desde que participem, a evolução destas experiências, o seu significado e alcance, torna-se irrisório (cf. Ribeiro et al., 2015). Por conseguinte, não devemos assumir os/as jovens como um grupo homogéneo nem deixar de problematizar dimensões estruturais que ditam e se associam aos seus atuais padrões de emancipação.

C. EMANCIPAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA JUVENIL EM PORTUGAL

Como caracterizar as condições históricas, políticas, sociais e económicas que definem a vida dos/as jovens em Portugal? Poderão estas condições ser entendidas como emancipadoras ou, pelo contrário, como limitadoras da sua participação social e política? Vivemos num momento em que os impedimentos à emancipação juvenil, isto é, à realização de um processo pleno de autonomia de vida política, económica e social, parecem mais definidores das experiências e expectativas de vida dos/as jovens, em Portugal. Estes impedimentos entendem-se, muitas vezes, como intransponíveis e o próprio sistema político parece incapaz de alterá-los, colocando indiretamente a sua legitimidade em causa (Lobo & Sanches, 2017). As dificuldades para emancipação levam a que os/as jovens vejam o futuro como uma preocupação: não lhes parece promissor nem alentador de progresso social e, muitas vezes, chega a possuir dimensões apocalípticas associadas às questões ambientais (Soares et al., 2022).

Os/as jovens, em Portugal, enfrentaram o período conjuntural de austeridade, com a intervenção da Troika, em que a taxa de desemprego juvenil atingiu os 38%. Desde então, há o risco de que situações de trabalho “intermitente, oscilando entre situações de trabalho independente legal ou ilegal, estágios, bolsas, acumulação de empregos a tempo parcial e ocasionais, «ganchos» e «biscates», e todo o manancial de formas de emprego

outrora chamadas «atípicas», se institucionalizem como típicas” (Ferreira, 2017b: 48), colocando a emancipação dos/as constantemente em risco. A autonomização em relação aos pais e as dificuldades em ter filhos/as somam-se à reversibilidade como condição de existência (i.e., sai-se de casa dos pais sabendo que se pode lá voltar, sai-se da universidade sabendo que provavelmente regressar-se-á) (Ferreira, 2017b). Isto não significa que estas condições não sejam partilhadas por outras gerações, mas existe um efeito seletivo de maior vulnerabilidade nomeadamente para jovens, mulheres e certos setores de atividade. A emancipação é provavelmente a condição mais determinante para a construção de uma participação política plena. Exporemos algumas dimensões fundamentais, ainda que com pesos diferentes, na relação entre emancipação e participação política.

A nível histórico, um dos fatores mais relevantes em Portugal, é a presença de uma democracia jovem, o que não significa necessariamente um descrédito em relação à democracia *per se* – é na faixa etária dos 15 aos 24 anos que se encontram os/as jovens com mais atitudes positivas em relação à vida em democracia (Costa, 2022). Ainda assim, esta atitude nem sempre se verte em participação política. Os/as jovens, que passaram pelas condições de flexibilização laboral atual, encontram-se mais desengajados da política formal e são mais adeptos de participação cívico-quotidiana, comparativamente com as gerações pós-25 de abril, da entrada para a CEE/EU (mais ativa de todas) e do pós-CEE/EU (Lobo & Sanches, 2007).

Em termos económicos, as condições de trabalho e de reprodução social somam-se à lista de dimensões, já que as dificuldades inerentes à austeridade económica e à flexibilização das condições de trabalho podem derivar numa maior politização e participação política para expressar descontentamento e demandas – modelo da indignação ou ressentimento (Bassoli & Monticelli, 2017). Este padrão, que parece ser mais comum na Europa do Sul nas últimas duas décadas (e.g., Indignados em Espanha; Geração à Rasca em Portugal) (Williamson, 2014), não é, contudo, constante nem deve ser entendido linearmente, uma vez que a precariedade veda possibilidades de participação política. Em países da Europa do Leste, este padrão foi evidente (cf. Kovacic & Dolenc, 2018): jovens envolveram-se menos em participação política eleitoral, em manifestações e em ética de consumo. Nesta perspetiva, a austeridade económica pode gerar uma diminuição da participação política dos/as jovens (Ehsan, 2018) – um modelo voluntarista da participação já que a organização política começa, muitas vezes, desde a mediação laboral em si mesma, isto é, no espaço de trabalho. Ambos os efeitos podem ser possíveis e tentaremos entender o seu ajustamento à amostra em estudo.

A nível político, salientam-se quatro aspetos determinantes na construção da emancipação dos/as jovens, em Portugal, com impacto nos seus padrões de participação política. Em primeiro lugar, o processo de emancipação pode ser retardado por condicionantes no acesso, integração e na vida partidária. É conhecida a tendência para a incorporação em partidos políticos ser difícil, morosa e não apelativa para as audiências juvenis exteriores ao universo partidário. A população portuguesa partidária é composta sobretudo

por membros do sexo masculino, de meia-idade com níveis de educação e remuneração altos (Lisi & Cancela, 2019). No que diz respeito às estruturas juvenis partidárias, alguns/algumas dos/as jovens que fazem parte delas, manifestam-se excluídos e com pouco poder de influência (cf. Silva & Costa, 2022; Silva et al., 2022).

Em segundo lugar, ainda a nível político, condicionantes do processo eleitoral e do exercício de cidadania, são desde logo questões-chave entre os/as jovens, mas especialmente entre os/as jovens deslocados devido à burocracia na legalização de imigrantes (Ribeiro et al., 2015).

Em terceiro lugar, o posicionamento político parece afetar as diferentes formas de participação política entre os/as jovens. Em Portugal, quem se posiciona à direita parece votar mais e quem se entende como estando à esquerda tende a manifestar uma propensão muito superior para participar em manifestações públicas, não só entre camadas mais jovens, mas com alguma constância ao longo de diferentes faixas etárias (Magalhães, 2022). Estes dados contrariam os resultados apresentados em 1986 (cf. Cruz, 1986), que mostravam uma maior participação eleitoral de jovens na esquerda. No geral, são igualmente os/as jovens deste quadrante político quem mais está sindicalizado e quem mais compõe as greves.

Em quarto e último lugar, experiências de marginalização social, próprias ou percebidas, baseadas em diferentes formas de violência e opressão, parecem ter impacto na participação política, tendo em conta as suas diferentes formas. Ribeiro e colaboradores (2015) demonstraram que, para os mais jovens, esta exclusão começa pela idade em si mesma e por questões de classe. Os autores mostram ainda que, em Portugal, o racismo e sexismo parecem ser agravantes.

Outras dimensões complementares, nomeadamente familiares, educativas, e de capital social, podem auxiliar-nos no entendimento do processo de emancipação dos/as jovens e dos seus padrões de participação política. Em termos de socialização política, a família é um lugar de excelência. Um ambiente em que os pais já eram membros/as partidários e estiveram envolvidos em ações políticas passadas, assim como a promoção de espaços para o debate político no seio familiar, parece influenciar positivamente a participação política no seu geral (Silva et al., 2022). Por outro lado, a influência do grupo de pares parece determinante, nomeadamente pares com experiência e interesses semelhantes (Diemer & Li, 2011). Também o ambiente escolar, nomeadamente nas figuras de professores de História no ensino secundário ou no próprio ensino superior, parecem fazer a diferença na adesão à participação política juvenil, em Portugal (cf. Maia, 2022a; Silva et al., 2022).

A comunicação social e a media social são também importantes veículos de socialização e têm sido cada vez mais alvo de investigação (Ribeiro et al., 2015). Os/as jovens parecem ser menos recetivos e moldados pelos meios de comunicação convencionais

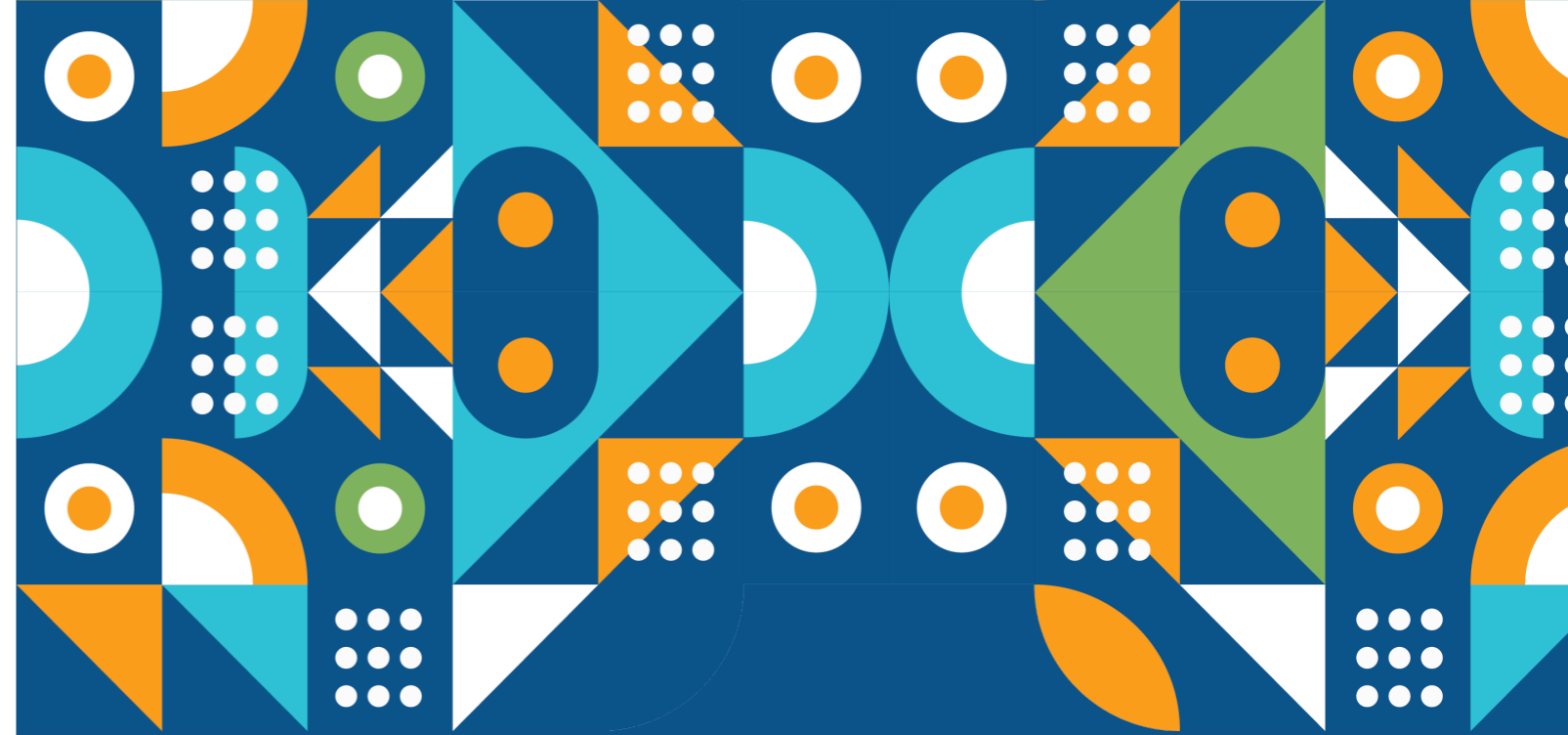
comparativamente ao resto da população (Magalhães & Moral, 2008). A media social tem levado a uma verdadeira revolução no acesso à informação. Em Portugal, são os mais jovens (15 aos 24 anos) quem mais usam as redes sociais na obtenção de informação (cf. Costa, 2022), ainda que 53% dos/as jovens em Portugal indiquem a televisão como meio de comunicação preferencial, seguindo-se a imprensa digital (24%) e as redes sociais (18%) (Sagnier et al., 2021).

Na literatura sobre participação política, as questões motivacionais são também salientadas. Para muitos/as jovens, ser politicamente ativo requer esforço e tempo, o que, num contexto de excesso de trabalho e vida frenética, reduz a motivação para a participação política nas suas diversas formas (Silva & Costa, 2022), sobretudo quando a participação política formal lhes parece demasiado difícil para um retorno muito baixo (Sveningsson, 2015). Nesse sentido, são indivíduos muito motivados politicamente, aqueles que tendem a participar em formas políticas mais organizadas (Silva et al., 2022). As causas políticas são centrais em termos motivacionais. Num mundo em que a política, cada vez mais, toma a forma de causas, as atitudes em relação a estas causas devem ser investigadas (O'Toole et al., 2003). Em Portugal, os/as jovens sentem que os partidos políticos não se aproximam dos temas que lhes interessam (Costa & Silva, 2011). As questões do ambiente, da luta antirracista, feministas e antifascistas ocupam as causas mais comuns em Portugal (cf. Marques, Malafaia, Faria & Menezes, 2022; Ribeiro et al., 2015; Sagnier et al., 2021; Silva et al., 2022), entre outras.

Finalmente, no que concerne a fatores cognitivos, a autoeficácia é um constructo de importância fundamental. A autoeficácia define-se como a expectativa e confiança na capacidade auto-percebida para executar um conjunto de comportamentos com fins particulares (Bandura, 1977). A autoeficácia política está amplamente associada à participação partidária em jovens (Diemer & Li, 2011). Em conformidade, em Portugal, a autoeficácia surge como preditor da participação eleitoral-partidária (e.g., distribuir panfletos, comícios) nos/as jovens, entre os 15 e os 24 anos (Costa et al., 2022; Marques, Malafaia, Faria & Menezes, 2022).

Por fim, quanto a dimensões associadas ao capital social e político, salientamos a pertença e popularidade política, o nível educacional dos/as jovens e a literacia política. Desde logo, a pertença e popularidade política, as redes sociais mais densas e a identidade social potenciam a participação política. As redes sociais podem ser partilhadas entre conhecidos e criadas a partir do envolvimento cívico em associações voluntárias (cf. Maia, 2022b; Monticelli & Bassoli, 2018). É também relativamente consensual admitir que jovens com maior nível educacional participam mais eleitoralmente (Magalhães, 2022) e de forma cívica-quotidiana (cf. Ehsan, 2018). Ainda que o nível de educação potencie a participação, uma grande proporção de jovens em Portugal (cf. Silva & Costa, 2022; Silva et al., 2022) – com exceção das disciplinas de História e de Filosofia (Ribeiro et al., 2015) – reconhecem a escola e a educação formal como espaços poucos potenciadores de formação política. Por último, o conhecimento político é também uma dimensão relevante, com

evidência de que o dos/as jovens é inferior ao dos adultos com mais de 30 anos (Magalhães & Moral, 2008). Muitos/muitas jovens, em Portugal, mencionam não perceber o suficiente do funcionamento das instituições públicas e advertem sobre a intelectualização da linguagem política, lamentando que os/as jovens sejam tratados/as de forma infantilizada (Silva et al., 2022).



cap.2.

PROJETO 'POLITICAMENTE DESPERTO': MAIS INFORMAÇÃO, MELHOR PARTICIPAÇÃO

Estudo empírico: Objetivos específicos e enquadramento para uma metodologia mista

A par do objetivo geral, previamente descrito, o presente estudo pretende responder a seis objetivos específicos:

1. Descrever e associar as diferentes formas de participação política, assim como descrevê-la na sua globalidade, a partir dos autorrelatos de jovens entre os 18 e os 30 anos de idade;
2. Descrever as características sociodemográficas da juventude em Portugal e relacioná-las com a participação política global e com diferentes formas de participação política, a partir dos autorrelatos de jovens entre os 18 e os 30 anos de idade;
3. Descrever os fatores associados à emancipação dos/as jovens (e.g., condições económicas e laborais, políticos, socialização política, dimensões motivacionais, capital social, conhecimentos políticos) e entender como se relacionam e/ou se associam à participação política juvenil em Portugal, a partir dos autorrelatos de jovens entre os 18 e os 30 anos de idade;
4. Aceder e descrever expectativas, preocupações e propostas políticas, económicas e sociais dos/as jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos, no que toca à realidade portuguesa;
5. Entender que fatores são relatados como limitadores da participação política dos/as jovens em Portugal, com especial enfoque nas dificuldades existentes a nível da participação política formal;
6. Tecer propostas e linhas orientadoras com vista ao incremento da quantidade e qualidade da participação política dos/as jovens em Portugal.

Para responder a estes objetivos, foi desenvolvido um estudo que combinou metodologias quantitativas e metodologias qualitativas. Tradicionalmente, a abordagem empírica à participação política dos/as jovens segue uma aferição quantitativa, baseada na aplicação de inquéritos e no respetivo tratamento estatístico (O'Toole et al., 2003). Neste estudo, para entender de forma mais profunda os padrões de participação dos/as jovens em Portugal, foi incorporada adicionalmente uma componente qualitativa. A eleição de uma abordagem mista, que combina métodos quantitativos e qualitativos, permite responder de forma consistente e com mais confiança aos objetivos delineados (cf. Spicer, 2018). Apesar das diferentes abordagens, muitas vezes fraturantes, entre os dois tipos de metodologias, a combinação da componente quantitativa e qualitativa pode oferecer uma leitura mais densa, detalhada e, possivelmente, mais matizada pela variedade, no que respeita a participação política juvenil.

A. NOTAS SOBRE AMOSTRA, INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DA COMPONENTE QUANTITATIVA

Em relação à componente quantitativa deste estudo, a amostra é constituída por 931 jovens entre os 18 e os 30 anos de idade. Para a análise de dados, foram consideradas três faixas etárias: 18 aos 20 anos, 21 aos 25 anos e 26 aos 30 anos. A estatística descritiva das principais características da amostra encontra-se detalhada na secção 'resultados'. Para a recolha dos dados, foi construído um questionário, cuja versão final resulta da reflexão conjunta de toda a equipa de investigação. A sua construção teve por base a literatura sobre o tema da participação política juvenil, tentando abarcar o máximo de indicadores possíveis para medição da participação política (global e em subgrupos) e das principais dimensões associadas. O inquérito, denominado 'participação e emancipação dos/as jovens em Portugal' (*Anexo 1*), foi realizado através da administração de um questionário que iniciava com o pedido de identificação de três figuras de referência, estruturando-se depois em três secções distintas. A primeira secção, 'identificação sociodemográfica', infere sobre dados sociodemográficos (e.g., género, idade, situação profissional, grau de escolaridade). A segunda secção, 'participação política e cívica', começa por avaliar a pertença a partidos, associações, sindicatos, entre outros, assim como a participação em atividades políticas e cívicas diversas (e.g., participação em campanhas, conhecimentos sobre partidos em Portugal, posicionamento político). A terceira secção, 'entendimentos e expectativas em relação ao país', incide sobre um conjunto de fatores motivacionais em termos de causas e de temas de interesse político, a importância das características dos/as candidatos/as eleitorais ou ainda, por exemplo, apreciações sobre as condições de vida em Portugal.

O questionário esteve ativo para preenchimento entre 23 de fevereiro e 31 de maio de 2022. A divulgação foi feita *online*, tendo contado com o apoio de várias entidades parceiras do CNJ e com uma campanha no Instagram promovida pela FEP-UCP. O tempo médio de preenchimento do questionário foi de sete minutos. As respostas foram registadas em Microsoft Excel. Seguidamente, os dados foram exportados para a versão 27.0 do SPSS (IBM® SPSS® software (*Statistics International Business Machines Corporation, USA*)) e tratados através da escolha dos testes estatísticos mais adequados para atingir os objetivos definidos, a saber:

- i. Estatísticas descritivas com tabelas de frequência, valores médios, decorrentes do somatório de formas de participação política, e respetivos desvios padrões.
- ii. Testes de associação de variáveis: Qui-Quadrado de *Pearson*, de forma a medir a existência de homogeneidade de variáveis categorizadas, independentes entre si, que quando cruzadas dispõem de pelo menos cinco elementos; optou-se por evidenciar as diferenças com a apresentação dos graus de liberdade, dos valores de qui-quadrado e dos valores de *p*.
- iii. Em face das características da amostra, definível por *n*'s pequenos e por violação na normalidade na distribuição de valores, foram utilizados testes não paramétricos de *Kruskal-Wallis*, para três ou mais amostras independentes, e de *U* de *Mann-Whitney*, para duas amostras independentes, para aferir eventuais diferenças comportamentais em relação à participação política nas aceções consideradas (*Pestana & Gageiro, 2003*).

Para efeitos da análise de dados, para além da idade, segmentada em três faixas etárias, outras variáveis foram reconfiguradas. Por exemplo, os concelhos de residência dos/as jovens foram transpostos para as regiões e espaços em que se incluem: norte, centro, sul, regiões autónomas e estrangeiro. O somatório global de participação política equivale à soma dos diferentes tipos de participação (e.g., voto, campanha, associativismo), gerando-se assim uma variável contínua em que zero equivale a ausência de participação política e sete equivale a participação em todas as setes formas de participação política aferidas pelo inquérito.

B. NOTAS SOBRE PARTICIPANTES, INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DA COMPONENTE QUALITATIVA

A recolha dos dados qualitativos foi realizada através de grupos focais, conduzidos a partir de um guião. Um grupo focal reúne um pequeno número de participantes sob a facilitação de um moderador, que encoraja uma atmosfera de confiança para partilha de comportamentos, atitudes e opiniões que perpassam um determinado grupo social e

respetiva ação coletiva (Lloyd-Evans, 2006). Esta estratégia de recolha de dados é usualmente indicada para entrevistar adolescentes ou jovens adultos pois gera um contexto de partilha que incentiva à participação, dinamismo e ao *brainstorming*. Este dinamismo é normalmente conhecido como efeito sinérgico de grupo (Stewart & Shamdasani, 1990), em que um maior número de ideias, questões e soluções podem ser oferecidos durante a discussão conjunta. Foram realizados um total de doze grupos focais, agendados a partir de contactos privilegiados do CNJ e gravados em formato áudio. A tabela 1 sumariza o número e duração das entrevistas por cada região de Portugal.

O guião de entrevista (Anexo 2) integra seis questões principais (i.e., noção de política, qualidade de participação juvenil, conhecimentos dos/as jovens sobre política, interesse nacional sobre as questões dos/as jovens, prioridades dos/as jovens, identificação de boas e más políticas em matéria juvenil).

Tabela 1. Número e duração de entrevistas de grupos focais por região

Região	Número	Duração
Açores	2	40 minutos
		48 minutos
Madeira	2	1 hora e 53 minutos
		1 hora e 36 minutos
Bragança	1	29 minutos
Porto	1	2 horas e 12 minutos
Aveiro	1	1 hora e 33 minutos
Lisboa	1	2 horas e 5 minutos
Setúbal	1	1 hora e 10 minutos
Portalegre	1	1 hora e 22 minutos
Évora	1	1 hora e 28 minutos
Faro	1	1 hora e 5 minutos
Portimão	1	59 minutos

O anonimato e a confidencialidade foram garantidos para que nenhum/a participante seja identificado/a neste relatório. Todas as entrevistas foram transcritas pela equipa de investigação e por estudantes universitários que contribuíram com horas de suporte técnico ao projeto. Os dados qualitativos foram analisados seguindo uma análise de conteúdo semi-indutiva, isto é, organizada a partir dos objetivos delineados, mas amplamen-

te sensível aos temas emergentes, identificados a partir das repetições e similaridades/diferenças (cf. Ryan & Bernard, 2003). Estes temas foram codificados e categorizados, ou seja, foram continuamente ordenados e inseridos num sistema de categorias que foi emergindo através da comparação constante dos dados, nomeadamente da leitura de coocorrências que estabelecem padrões entre diferentes temas (cf. Strauss & Corbin, 1990).



cap.3.

PROJETO 'POLITICAMENTE DESPERTO': MAIS INFORMAÇÃO, MELHOR PARTICIPAÇÃO

Resultados

Os resultados são apresentados em correspondência com os objetivos específicos do estudo. Para responder a cada um deles, estruturámos nove secções, que combinam e integram dados quantitativos e qualitativos. Apenas a secção dois – i.e., análise sociodemográfica e participação política – e a última secção – i.e., incremento da participação política – são baseadas estritamente em resultados de cariz quantitativo e qualitativo, respetivamente. A apresentação dos resultados faz-se acompanhar de uma discussão contínua alinhada com teoria e com dados empíricos anteriores sobre participação política juvenil. Finalmente, e após a apresentação dos resultados, com discussão integrada, apresentamos as conclusões mais relevantes a reter deste estudo e recomendações para incrementar a participação política dos/as jovens em Portugal.

A. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA JUVENIL – GLOBAL, POR SUBGRUPOS E RESPECTIVAS ASSOCIAÇÕES

A tabela 2 apresenta uma descrição sumária da participação política distribuída por diferentes subgrupos (i.e., PP1; PP2; PP3), assim como o somatório global de participação política, com respetiva média e desvio-padrão.

Tabela 2. Descrição sumária da participação política juvenil, por subgrupos e somatório global

	n	%
Formal (PP1)		
1. Pertença a partido	163	17,5
2. Participação em campanhas	211	22,7
3. Voto	834	89,6
Social-laboral (PP2)		
4. Movimentos sociais	309	33,2
5. Sindicatos	22	2,4
Cívica-quotidiana (PP3)		
6. Associativismo	323	34,7
7. Discussão política	64	69,5
	<i>Média</i>	<i>DP</i>
Somatório global	2,69	1,499

Em relação ao primeiro subgrupo de participação, isto é, participação formal (PP1), dos 163 jovens que pertencem a um partido político, apenas 67,5% o fazem com filiação partidária. É relevante mencionar que a maioria dos/as participantes com adesão partidária pertence ao PSD (32,5%) e, em seguida, ao PS (30,5%). De forma menos expressiva encontramos o CDS-PP (9,3%), o PCP (7,9%), a IL (6,6%) e o BE (6%). Valores residuais surgem para o PAN (2%), o Chega! (1,3%), o Livre (0,7%) e, finalmente, os Verdes (0,7%). Ainda sobre a vida partidária dos/as jovens, apesar de inúmeras críticas tecidas aos par-

tidos em Portugal, que abordaremos mais à frente, os/as participantes entrevistados/as nos grupos focais admitem que os/as jovens se esforçam por atuarem partidariamente, sobretudo, em juventudes partidárias:



Eu acredito que os jovens podem participar, por exemplo, em juventudes partidárias. É uma boa forma de começar independentemente da ideologia política. Aliás nós temos um vasto leque de possibilidades, sendo que ao estar numa juventude partidária podemos começar a entender melhor o que é a política e, de certa forma, em sermos ativos porque temos de participar em órgãos dessa juventude partidária, que depois nos vão levar, se assim ambicionarmos, para a Assembleia da República e podemos estar mais dentro do que é a política.”

(Portalegre)

Voltando à tabela 2, há um número superior de jovens, em comparação com os/as que aderem a partidos políticos, que participam em campanhas políticas (22,7%). A grande maioria dos/as jovens da amostra já votou em algum momento da sua vida (89,6%), ou seja, os/as jovens que nunca votaram são 10,4%, um valor inferior aos 14% encontrados em Sagnier e colaboradores (2021). No universo dos/as jovens que votaram, a ida às urnas foi realizada em eleições legislativas (81,8%), eleições autárquicas (79,1%), eleições presidenciais (76,6%) e, por fim, eleições europeias (45,6%).

No que concerne ao segundo subgrupo (PP2), nomeadamente de participação social-laboral, nota-se que os/as jovens optam pelos movimentos sociais como grupos de pressão política privilegiados, tendo menor expressão nos sindicatos ou apresentando uma integração tardia nestes, o que vem no seguimento de estudos anteriores que se debruçam sobre formas sociais-laborais de participação política (cf. Estanque, Costa & Fonseca, 2018; Lima & Artiles, 2014). Os dados qualitativos também deixam patente como muitos destes movimentos tendem a organizar manifestações e protestos em que os/as jovens parecem estar na linha da frente:



Mas pronto, acho que está muito melhor do que estava há uns anos, por isso eu não consigo dizer que os jovens neste momento não participam, porque vamos ver manifestações e quem é que está lá? Não são os adultos! Tipo, são os jovens. Estão à frente e a dar a cara por imensas manifestações.” (Madeira1)

No que toca ao terceiro subgrupo de participação – participação cívica-quotidiana (PP3) – o associativismo surge como uma forma de participação comum para um terço da amostra (34,7%). O estudo qualitativo aponta o associativismo como a forma mais valorizada de participação política de jovens, comparativamente com outras mais formais.



A associação de estudantes da faculdade de ciências, e aliás as associações de estudantes, acabam por ser uma das melhores oportunidades para nós começarmos a fazer política. É direcionada a uma comunidade em que nós já nos inserimos, neste caso, lá está, quem somos estudantes. Pronto, falo um bocadinho daquela que é a comunidade de estudantes, naquela unidade orgânica, e acho que a principal falha no envolvimento jovem é mesmo desmistificar esta questão e percebermos que política não é apenas aquilo que nós estamos habituados a associar pelas discussões que vamos presenciando, desde o momento em que nos começamos a desenvolver, mas que acaba por ser um pouquinho de tudo aquilo que nós vamos fazendo em diferentes contextos.” (Porto)

Jovens entrevistados/as nos grupos focais falam ainda do envolvimento em movimentos cívicos pontuais, em assinar petições e abaixo-assinados e, de forma mais geral, na expressão de opiniões.



Seja no rumo à propina zero, porque é um movimento que existe, seja por termos melhores autocarros, para no meu caso, como estudei no ISCTE, que é... que é... que era uma luta que nós tínhamos com a Carris, que era termos mais autocarros para aquela parte do polo, que é um polo com três faculdades e só há autocarros de século a século, digamos assim. Agora está melhor!” (Madeira2)



Assinam petições ou abaixo-assinados, porque sentem que assim a voz deles pode ser ouvida.” (Aveiro)

Olhando agora para a discussão política, os 69,5% de jovens que responderam afirmativamente, referem ser frequente ou muito frequente discutirem política nacional (93,5%), seguindo-se a política local (64,5%), a política internacional (60,7%) e, com menos destaque, a política europeia (55,4%).

Finalmente, o somatório global de participação (i.e., somatório das sete formas de participação previamente elencadas na tabela por subgrupos) permite entender que os/as jovens em Portugal participam em média em 2,69 (DP=1,499) formas de participação política. É ainda relevante mencionar que apenas 4,4% dos/as participantes inquiridos não participa em nenhuma das formas de participação política que compõem a tabela 2, e somente um/a jovem participa nas sete formas de participação política. Os dados apontam para que o mais frequente seja a participação em duas formas, nomeadamente o exercício do voto (formal) e a discussão de política (cívica-quotidiana). A tabela 3 pode esclarecer, de forma mais detalhada, como se relacionam as diferentes formas de participação.

Em primeiro lugar, no que concerne à relação entre as formas de participação política formal (PP1), nota-se uma forte associação entre a participação em campanhas e a pertença a partido ($\chi^2(1) = 271,95$; $p = .000$), mas também em relação ao exercício do voto ($\chi^2(1) = 11,069$; $p = .000$). O exercício do voto não se associa à vida partidária ($\chi^2(1) = 2,85$; $p = .056$). Os/as participantes que pertencem aos partidos portugueses são aqueles/as que mais organizam campanhas e processos eleitorais (71,8%).

Tabela 3. Associações entre os subgrupos de participação política

	1	2	3	4	5	6
Formal (PP1)						
1. Pertença a partido	-	-	-	-	-	-
2. Participação em campanhas	271,95*	-	-	-	-	-
3. Voto	2,85	11,069*	-	-	-	-
Social-laboral (PP2)						
4. Movimentos sociais	45,66*	51,02*	3,48	-	-	-
5. Sindicatos	n/a	n/a	n/a	2,871	-	-
Cívica-quotidiana (PP3)						
6. Associativismo	34,56*	51,87*	6,89	95,38*	0,028	-
7. Discussão política	39,89*	40,36*	27,26*	69,77*	0,11	22,23*

*Sig. <0.01
n/a – Não aplicável devido ao incumprimento dos pressupostos do qui-quadrado

Em relação à participação social-laboral (PP2), ao centrarmo-nos nos movimentos sociais, nota-se uma forte associação com determinadas formas de participação formal, ou seja, a pertença a partido ($\chi^2(1) = 45,66$; $p = .000$) e a participação em campanhas ($\chi^2(1) = 51,02$; $p = .000$). Entre os/as jovens que participam em movimentos sociais, 29,4%

participam em partidos políticos; este valor é de apenas 11,6% entre os/as jovens que não participam em movimentos sociais. É também entre os/as jovens que participam em movimentos sociais, que encontramos uma proporção superior a colaborar no desenvolvimento de campanhas (36,6%); entre os/as jovens sem atividade em movimentos, apenas 15,6% apresentam essa colaboração. Tal como exposto na tabela 4, convém salientar que não foram encontradas associações significativas entre a participação sindical e as restantes formas de participação política.

Em relação à participação cívica-quotidiana (PP3), há uma associação significativa entre as duas formas analisadas, isto é, fazer parte de atividades associativas e discutir política ($\chi^2(1) = 22,23$; $p = .000$). Entre os/as participantes que fazem parte de uma associação, há mais participantes que referem discutir política (39,6%) do que entre os/as jovens que não tem atividade associativa (23,6%). Há também uma associação entre o associativismo e todas as restantes formas de participação política formais e sociais-laborais, com a exceção do exercício do voto e mobilização sindical. No caso da associação entre discussão política e as restantes formas de participação políticas, todas elas se encontram associadas, com a exceção evidente da mobilização sindical.

O associativismo relaciona-se positivamente com a participação formal, nomeadamente com a pertença a partido ($\chi^2(1) = 34,56$; $p = .000$) e com a participação em campanhas ($\chi^2(1) = 51,87$; $p = .000$), assim como com a participação social-laboral, nomeadamente em movimentos sociais ($\chi^2(1) = 95,38$; $p = .000$). Desta feita, entre os/as jovens com atividade associativa há uma maior proporção dos que pertencem a partidos (27,6%) e colaboram em campanhas (36,2%), do que entre os/as jovens sem atividade associativa, tanto para a pertença a partidos (12,2%) como para a colaboração em campanhas (15,5%). Seguindo igual tendência, os/as jovens com atividade associativa estão mais ligados a movimentos sociais (53,9%) comparativamente com os/as jovens sem atividade associativa (22,2%).

Por fim, a discussão política associa-se à pertença a partidos ($\chi^2(1) = 39,89$; $p = .000$), à participação em campanhas políticas ($\chi^2(1) = 40,36$; $p = .000$), ao exercício do direito ao voto ($\chi^2(1) = 27,26$; $p = .000$) e à participação em movimentos sociais ($\chi^2(1) = 69,77$; $p = .000$). Sem surpresas, entre os/as jovens que discutem política, 22,7% pertencem a um partido (apenas 5,6% entre os/as jovens que não discutem política), 28,4% colaboram em campanhas políticas (apenas 9,5% para os/as jovens que confessam não discutir política), 93% exercem o direito ao voto (no caso dos/as jovens que não discutem política esta proporção baixa para 81,7%) e 41,7% compõe as ações dos movimentos sociais (em oposição a 13,7% entre os/as jovens que referem não discutir política).

À primeira vista, estes dados mostram que a maioria dos/as jovens apenas vota e discute política no seu quotidiano. Contudo, os dados desta secção conferem, em parte, alguma substância à hipótese de circuito. Aqueles/as que são os/as membros dos partidos

políticos são também os/as que participam em movimentos sociais, em associativismo e discutem política. Os/as jovens que participam politicamente em formas PP2 (movimentos sociais) e PP3 (associativismo e discussão política), também terminam em política PP1 (i.e., estar em partidos e participação em campanhas). Estes/as jovens tecem uma ampla teia de ações, possivelmente, concertadas, ainda que os dados mostrem que não são, de todo, o grupo mais preponderante da amostra. Já no estudo clássico de Braga da Cruz (1985), a participação eleitoral dos jovens associa-se positivamente a um maior grau de participação cívica. Há evidências mais recentes (cf. Diemer & Li, 2011; Costa et al., 2022; Ferreira, Azevedo & Menezes, 2011; Silva & Costa, 2022) de que os/as jovens procuram nas estruturas partidárias o aprofundamento de espaços de socialização política em que já participavam, a possibilidade de conhecerem outros/as jovens com motivações comuns e pressionarem a decisão política. Em Portugal, é comum que os/as jovens ligados/as a estruturas partidárias admitam a utilização de estratégias extrapartidárias para poderem alcançar maior destaque dentro das estruturas dos partidos: é precisamente em contextos associativos que se ganha o capital social necessário para desenvolver uma vida política partidária (Silva & Costa, 2022). O reforço do circuito torna-se, portanto, fulcral, ainda que pareça não estar à disposição de todos/as, como discutiremos adiante.

Concomitantemente, os dados qualitativos evidenciam que, possivelmente este número não é superior, precisamente pela adesão de alguns/algumas jovens a princípios pós-políticos, como orientação a causas:



A mim não me interessa ser sempre de direita, não me interessa ser sempre de esquerda, interessa-me pegar em várias posições políticas do espectro ver o que funciona melhor e o que realmente favoreceria as pessoas, ou seja, não me apetece seguir cegamente uma ideologia, apetece-me adaptar as medidas à realidade do país e às necessidades dos cidadãos.” (Aveiro)

Alguns/algumas jovens auscultados/as falam de como esta postura busca também o reforço da digitalização. No seu conjunto, quando enfrentam dificuldades de participação formal, os/as jovens tendem a definir os seus padrões de atualização como *sui generis*.



Sim, é muito digital. Mas não tenho uma visão otimista do ser humano. Sinceramente não sei como o Twitter, como meio de comunicação, funciona. Sei que é muito ativo em termos políticos.” (Algarve)

“

Eu acho que têm outros interesses, não é? Eu acho que os jovens participam mesmo não votando. E isto é importante as pessoas perceberem. Participam à maneira deles. Nós é que tentamos inculcar neles o nosso tipo de participação. Nós quando fazemos uma campanha de sensibilização ao voto, estamos a querer que eles votem. Damos as nossas justificações, ah, mas se calhar eles não querem mesmo votar. E participam à sua maneira dizendo que não querem votar.” (Évora)

B. ANÁLISE SOCIODEMOGRÁFICA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Esta segunda secção visa descrever a amostra dos 931 inquiridos/as em termos de características sociodemográficas relevantes e sua relação com participação política. Esta será analisada como somatório global (cf. tabela 4) e nas suas diferentes formas organizadas pelos subgrupos PP1, PP2 e PP3 (cf. tabela 5).

A maioria da amostra respondeu ser do género feminino (66,7%), seguidamente masculino (31,5%) e uma pequena percentagem especificou outro ou preferem não responder (1,8%). É de salientar que encontramos diferenças significativas em termos de participação política entre os/as participantes que responderam feminino, masculino e outro ($\chi^2(2) = 17,079, p = .000$). A participação política parece ser mais expressiva entre os/as participantes que responderam ser do género masculino.

Tabela 4. Dimensões sociodemográficas e relação com a participação política global

	%	Ordem média	Teste	Graus de liberdade
Género				
Feminino	66,7	442,20	17,079*	2
Masculino	31,5	518,48		
Outro/não especifica	1,8	430,85		
Faixa etária				
18 aos 20	26,1	376,17	9,910*	2
21 aos 25	40,3	461,74		
26 aos 30	33,6	466,50		
Região				
Norte	30,6	473,76	10,721	4
Centro	29,6	424,72		
Sul	33,5	488,47		
Regiões autónomas	5,3	438,12		
Estrangeiro	1,0	548,11		
Nacionalidade				
Portugal	97,0	471,75	18,691*	2
Outros países da EU	0,6	159,17		
Países fora da UE	2,3	284,26		

*Teste de Kruskal-Wallis
Sig. <0.01

No que toca à idade, antes de olharmos aos resultados expostos na tabela, salienta-se que média de idade dos/as participantes é de 23,5 anos. Existem diferenças estatisticamente significativas entre estas faixas no que diz respeito à participação política global ($\chi^2 (2) = 9,91$; $p = .007$). São os/as jovens com mais idade, entre os 26 e os 30 anos, os/as que mais participam, seguidos dos/as jovens na faixa etária entre os 21 e aos 25 anos e, por fim, dos/as jovens entre os 18 e os 20 anos.

Em relação à região, não existem diferenças estatisticamente significativas entre os cinco grupos ($\chi^2 (4) = 10,721$; $p = .030$). No entanto, é possível sublinhar a participação superior entre os/as jovens a viver no estrangeiro e no sul de Portugal. Por fim, no que diz respeito à nacionalidade, a esmagadora maioria da amostra é portuguesa (97%), com apenas 3% a indicar nacionalidade estrangeira. Existem diferenças estatisticamente significativas entre os diferentes grupos ($\chi^2 (2) = 18,698$; $p = .000$). São os/as jovens de nacionalidade portuguesa aqueles/as que mais participam politicamente, o que denota as possíveis dificuldades dos/as jovens de nacionalidade estrangeira em fazerem parte dos processos de participação política nacionais, tal como anteriormente documentado por Ribeiro e colaboradores (2015).

O género também é uma variável que se associa à participação política cívica-quotidiana (PP3), desde logo à participação em associações ($\chi^2 (1) = 322,528$; $p = .000$). Entre as jovens que referem ser do sexo feminino, encontramos uma resposta positiva em apenas 28,8% dos casos e, entre jovens que assinalaram outro, em 23,4%. Já entre os/as jovens do sexo masculino, encontramos uma participação associativa que ascende aos 47,8%. O género também está associado com a discussão política ($\chi^2 (2) = 18,657$; $p = .000$). As jovens do género feminino são quem menos discute política (64,9%). Este valor sobe para 76,5% entre quem assinalou “outro” e para 78,8% entre jovens do género masculino.

Existe uma associação estatisticamente significativa entre faixa etária e o exercício do voto ($\chi^2 (2) = 65,05$; $p = .000$). Mesmo com percentagens elevadas para todas as faixas etárias, entre os/as mais jovens - inseridos/as na faixa etária dos 18 aos 20 anos - 80,9% reportam um exercício do voto. Entre os/as jovens na faixa etária dos 21 aos 25 anos essa percentagem é de 96,9% e, na faixa etária dos 26 aos 30 anos, é de 97%. Reconhece-se assim uma certa progressividade etária no exercício do voto, compatível com dados de estudos anteriores (cf. Ribeiro et al., 2015). A faixa etária também está associada à pertença ao sindicato ($\chi^2 (2) = 27,190$; $p = .000$) seguindo, de igual forma, uma tendência progressiva. É na faixa etária dos 26 aos 30 anos que encontramos a maior, ainda que baixa, percentagem de jovens sindicalizados (5,7%) comparativamente com as percentagens encontradas em jovens com idades compreendidas entre os 21 e os 25 anos (0,3%) e entre os 18 e os 20 anos (0,4%). Há também uma associação entre a faixa etária e a discussão política ($\chi^2 (2) = 10,856$; $p = .004$). Entre os/as jovens situados na faixa etária dos 21 aos 25 anos, 73,8% revelam interesse em discutir política. Já nos/as jovens com idades entre os 26 e os 30 anos esse interesse é ligeiramente menos expressivo (71,3%) e, ainda menos, na faixa etária dos 18 aos 20 anos (61,3%).

Por fim, a região está associada ao exercício do voto ($\chi^2 (4) = 69,061$; $p = .000$). É no centro de Portugal que o exercício do voto parece menos expressivo. Enquanto para cada uma das restantes regiões, a percentagem de jovens que refere não votar não ultrapassa os 6%, no caso dos/as jovens que vivem no centro esta percentagem ascende aos 23%. Igualmente, reconhece-se uma associação entre região e discussão de política ($\chi^2 (4) = 20,99$; $p = .000$), em que o centro volta a estar em destaque: nesta região, 38,5% dos/as jovens dizem não discutir política, valor ultrapassado somente nas regiões autónomas, onde 44,9% dos/as jovens referem não discutir política. Para as restantes regiões, estes valores não ultrapassam os 25%.

Tabela 5. Associações entre dimensões sociodemográficas e subgrupos de participação

	PP1		PP2		PP3		
	Partido	Eleições	Voto	Movimentos	Sindicatos	Associação	Discussão
Género	n/a	n/a	n/a	1,781	0,592	32,528*	18,657*
Faixa etária	3,067	6,36	65,055*	3,447	27,190*	4,971	10,856*
Região	4,674	4,281	69,061*	5,633	1,611	5,398	20,99*
Nacionalidade	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a

*Sig. <0.01
n/a - Não aplicável devido ao incumprimento dos pressupostos do qui-quadrado

EMANCIPAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA – DIMENSÕES ECONÓMICAS E POLÍTICAS

Neste terceiro ponto pretende-se aprofundar a relação entre dimensões económicas e políticas e a participação política dos/as jovens em Portugal. Para começar, e seguindo a tabela 6 abaixo apresentada, podemos definir a situação ocupacional dos/as jovens em Portugal. A maioria são estudantes (58,8%) e quase metade tem atividade laboral (48,2%). Destes/destas jovens, 28,8% trabalham a tempo completo, 7,8% são trabalhadores/as independentes, 6,6% são estagiários/as e 5% trabalham a tempo parcial. Outras ocupações, tais como bolseiro/a de investigação, foram assinaladas por 2,7% dos/as jovens.

Tabela 6. Dimensões associadas à emancipação (económicas e políticas) e relações com participação política global

	%	Ordem média	Teste	Graus de liberdade
Situação ocupacional				
Desempregado	6,6			
Trabalhadora/a	48,2	-		-
Estudante	58,8			
Outras ocupações	2,7			
Apreciação rendimentos				
Bom	33,6	438,49		
Razoável	46,5	466,75	2,940	2
Difícil	19,9	447,94		
Precariedade				
Precário	67,3	201,48	17885	-
Não precário	32,7	205,22		
Agregado				
Sozinho	15,2	421,86		
Cônjuge	15,9	377,67	6,810	2
Família	68,9	364,78		
Tipo de habitação				
Própria	10,6	468,71		
Renda	27,3	439,13		
Familiar	57,9	453,49	1,430	2
Outra	4,2	-		

	%	Ordem média	Teste	Graus de liberdade
Autonomia financeira				
Pró-independente	36,9	473,88		
Pró-dependente	63,1	442,36	89149,50	-
Autonomia do estilo de vida				
Pró-independente	60,2	470,26	87283*	-
Pró-dependente	39,8	423,13		
Filhos				
Sim	6,8	431,32		
Não	93,2	468,52	25157	-
Autoposicionamento político				
Esquerda	46,1	411,41		
Centro	33,5	395,90	10,852*	2
Direita	20,4	469,34		
Minoria étnica				
Sim	3,8	277,94		
Não	96,2	426,15	83,66*	-
Minoria religiosa				
Sim	9,3	328,53		
Não	90,7	423,31	22294*	-
Minoria LGBT				
Sim	14,3	485,06		
Não	85,7	420,20	38368,50*	-
Minoria deficiência				
Sim	2,7	485,39		
Não	97,3	431,05	8455	-

Teste: U de Mann-Whitney para dois grupos; Qui-quadrado - Teste de Kruskal-Wallis para três ou mais grupos
*Sig. <0.01

Quando inquiridos/as sobre a capacidade de viver confortavelmente com os rendimentos provenientes destas atividades, a maioria (46,5%) menciona viver razoavelmente, 33,6% referem viver confortavelmente e 19,9% referem ser difícil viver com o rendimento que auferem. Esta proporção é menor do que a encontrada por Sagnier e colaboradores (2021), em que 39% da amostra mencionava ser difícil ou muito difícil viver com o rendimento que auferiam. Contudo, importa referir que a amostra em estudo é composta por um número significativo de estudantes que vive com a família e cuja apreciação dos rendimentos pode não ter em conta as dificuldades de emancipação dos/as jovens que tentam viver sozinhos/as ou com os/as seus/as companheiros/as. Para aclarar esta questão, cruzámos a variável da apreciação dos rendimentos com as variáveis agregado e tipo de habitação - ver tabela 7.

Tabela 7. Associações entre apreciação de rendimentos com agregado e tipo de habitação

	Apreciação de rendimentos	Agregado %				Tipo de habitação %				
		Família	Cônjuge ou companheiro/a	Sozinhos amigos	Teste	Própria	Família	Renda	Outra	Teste
	Bom	83,0	8,5	8,5		9,8	72,8	15,4	2,0	
	Razoável	65,6	17,5	16,9	45,321	11,2	58,7	26,8	3,3	81,353
	Difícil	50,8	26,6	22,6	*	11,7	33,9	46,7	7,8	*

Teste: Qui-quadrado para o ajuste
*Sig. <0.01

Encontramos associações significativas entre a apreciação de rendimentos e o agregado ($\chi^2(4) = 45,321$; $p = .000$) e entre a apreciação de rendimentos e o tipo de habitação ($\chi^2(6) = 81,353$; $p = .000$), como apresentado na tabela 7. Entre os/as jovens que fazem uma boa apreciação dos seus rendimentos, a grande maioria vive com a família (83%) e/ou em casa de família (72,8%). Estas proporções baixam consideravelmente entre os/as jovens que apreciam os seus rendimentos como razoáveis e, principalmente, entre aqueles que dizem ser muito difícil viver com os seus rendimentos. Neste último caso, quase metade dos/as jovens vivem em casa arrendada (46,7%) e 33,9% vivem com a família. Depreendemos, a partir destes dados, que há uma proporção elevada de jovens que apreciam os seus rendimentos como bons ou razoáveis pois vivem ainda com a sua família ou em casas que são património familiar. Aqueles/as que fazem uma avaliação negativa dos seus rendimentos são precisamente os/as que enfrentam a realidade da emancipação em Portugal, tentando viver por conta própria, fora da casa dos pais.

Os dados qualitativos evidenciam uma realidade pautada por múltiplas dificuldades de emancipação. As preocupações com a falta de oportunidades laborais, com a precariedade e com os baixos salários são recorrentes. Também o acesso a habitação é uma preocupação muito comum, tanto em termos de arrendamento como de acesso a habitação própria.



Sim, mas isso é um impedimento. Mas daqui a algum tempo eu adorava ter, mas se amanhã me garantissem que tinha um contrato durante três anos e a ganhar algo que me permitisse, eu ia viver sozinha já amanhã outra vez. Acho que a nível psicológico até é melhor para mim, porque já vivi quatro anos fora e tinha a minha independência e, hoje, vivo com os meus pais. Sinto que ali não é a minha casa. Não é o meu espaço. É a minha mãe que trata da minha roupa, mas isso faz-me confusão porque já tinha essa liberdade. A nível psicológico é drenante até para os jovens.” (Algarve)



Acho que era importante que os jovens conseguissem, quer dizer nós estamos com uma precariedade laboral imensa nos jovens. São... são contratos muitas vezes precários, temos aumentos do período experimental, como aconteceu agora com o PS, para cento e oitenta dias, hum, e, portanto, essa parte laboral é algo que acho que é absolutamente fundamental atuar, até porque temos muitos que são trabalhadores-estudantes e se conseguirem ter algo de laboral mais estável, também é algo que permite estudar e nós como país precisamos de ter uma população estudada, ao fim e ao cabo.” (Portalegre)



Agora, claro que há programas de acesso à habitação jovem, mas o problema deles é não serem muito acessíveis; pelo contrário, são muito seletivos, têm muitas regras e condições de seleção. Só para jovens que tenham contrato de arrendamento e muitas vezes os senhorios quando não fazem contratos, também não podemos ter acesso a esses programas e mesmo que conseguíssemos.” (Évora)

Voltando à tabela 6, não encontramos diferenças estatisticamente significativas entre os grupos com diferentes apreciações dos seus rendimentos, quanto ao nível de participação política global ($\chi^2(2) = 2,940$; $p = .230$). Outro indicador em análise, que infere acerca das condições económicas dos/as jovens, é a apreciação da precariedade laboral. Não existem diferenças estatisticamente significativas em termos de participação política global entre jovens precários e não precários ($U = 17885$, $p = .757$). Entre os que responderam a este pedido de avaliação, 67,3% admite viver uma situação laboral precária. Os motivos são diversificados: o salário é baixo e não permite viver dignamente (17,9%); por causa do vínculo laboral (16,8%); pelo facto de ser o/a próprio/a trabalhador/a que tem de assegurar as condições necessárias para o trabalho acontecer (10,3%); porque não há progressão na carreira (10,3%); ou pela impossibilidade de conciliar a vida profissional com a vida familiar (4,6%), entre outras situações não especificadas (11,1%). Para avaliar a autonomia económica tomamos ainda alguns outros indicadores, como o agregado, o tipo de habitação e a autoapreciação da autonomia financeira e de estilo de vida. No que toca o agregado, 68,9% dos/as jovens vivem com a família. Os restantes vivem sozinhos/as (15,2%) ou com os/as seus/suas cônjuges (15,6%). A casa em que os/as participantes vivem é da família (57,9%), arrendada (27,3%) ou própria (10,6%). A maioria dos/as jovens

sente-se dependente financeiramente da sua família (63,1%) e, em menor expressão, alguns/algumas sentem-se ainda dependentes na organização do seu quotidiano e vida (39,8%).

A este nível encontramos diferenças estatisticamente significativas entre os/as jovens pró-dependentes e pró-independentes a nível de estilo de vida no que diz respeito à participação política global (U = 87283, p = .006). Manifestamente, os/as jovens que se entendem como mais pró-independentes são também aqueles/as que mais participam politicamente.

Apenas uma pequena percentagem dos/as participantes (6,8%) referiu ter filhos. Foi possível averiguar que 75,8% da amostra tem intenção de vir a ter ou a adotar filhos. Entre os/as 22,6% que não planeiam ter filhos, 15,8% diz ser por razões pessoais, 4,7% por carreira profissional e 4,6% por razões financeiras, entre outras.

Por outro lado, atendendo agora a dimensões de cariz político, foi possível encontrar diferenças estatisticamente significativas (x2 (2) = 10,852; p = .004) entre jovens com diferentes posicionamentos políticos no que toca à participação política global. Os/as jovens alinhados com um posicionamento de direita participam mais politicamente, seguindo-se os/as jovens identificados com a esquerda e, finalmente, os/as que se identificam com o centro político.

Em termos de dimensões sensíveis referentes à marginalização e desigualdade social, os resultados obtidos são discordantes. Existem diferenças estatisticamente significativas entre os/as participantes que se identificam e os/as que não se identificam como sendo de minoria étnica (U = 83,66, p = .001). São os primeiros aqueles/as que menos participam politicamente. Esta tendência também é igualmente reconhecida para as minorias religiosas (U = 22294, p = .001). Existem também diferenças significativas entre a comunidade LGBT e não-LGBT em termos de participação política (U = 38368,50, p = .006), mas, neste caso, é precisamente a primeira aquela que mais participa politicamente.

Ainda que estes resultados nos permitam compreender a variabilidade da participação política entre diferentes grupos de jovens, não permitem particularizar os tipos de participação política que podem estar mais associados a estes grupos. Para responder a estas questões de forma mais fina, foram realizados testes de associação entre as variáveis anteriores e os diferentes tipos de participação política, apresentados na tabela 8.

Há uma associação entre a condições de trabalho (tempo completo) e o exercício do direito ao voto (x2 (1) = 14,233; p = .000). Entre os/as que trabalham a tempo completo, é muito mais frequente que se exerça o voto (95,5%). Existe uma associação entre ser estudante e participar em campanhas políticas (x2 (1) = 7,122; p = .005), assim como com

exercer o direito ao voto (x2 (1) = 37,145; p = .000). Entre os estudantes, a proporção de colaboradores/as em campanhas e momentos eleitorais é menor (19,4%) comparativamente à mesma proporção para não estudantes (26,7%). Os/as participantes que são estudantes reportam possuir uma proporção de votantes menor (84,1%), ainda que elevada, comparativamente à proporção de votantes não estudantes (96,4%).

Tabela 8. Associações entre dimensões de emancipação (económicas e políticas) e subgrupos de participação

	PP1		PP2			PP3	
	Partido	Eleições	Voto	Movimentos	Sindicatos	Associação	Debate
Situação ocupacional							
Desempregado	1,339	0,068	2,116	0,123	n/a	0,105	0,031
Trabalhadora/a (tempo completo)	0,344	2,564	14,230*	0,021	n/a	2,788	0,558
Estudante	4,585	7,122*	37,145*	2,948	n/a	0,476	1,5151
Outras ocupações	n/a	1,278	n/a	6,028	n/a	2,008	4,150
Apreciação rendimentos							
	3,299	4,866	4,456	0,803	n/a	2,128	1,606
Precariedade							
	1,025	0,323	n/a	0,023	1,822	0,897	2,578
Agregado							
	0,566	1,361	8,0	8,964*	n/a	4,077	2,683
Tipo de habitação							
	0,947	4,091	n/a	3,071	n/a	1,161	1,222
Autonomia financeira							
	2,710	0,826	2,063	0,694	9,451*	0,528	0,361
Autonomia do estilo de vida							
	0,299	0,106	6,438*	9,335*	1,131	4,670	1,622
Filhos							
	0,125	1,345	0,034	0,064	n/a	4,639	3,694
Autoposicionamento político							
	14,318*	16,328*	1,447	4,167	n/a	3,278	9,842*
Minoria étnica							
	1,632	7,470*	n/a	0,540	n/a	0,400	16,277*
Minoria religiosa							
	0,000	1,090	14,542*	1,090	n/a	5,658*	11,379*
Minoria LGBT							
	2,261	0,020	0,041	9,135*	n/a	0,008	23,359*
Minoria deficiência							
	0,202	1,883	n/a	1,378	n/a	0,713	1,613

* Sig. <0.01
n/a - Não aplicável devido ao incumprimento dos pressupostos do qui-quadrado

Existem outras associações que merecem ser mencionadas, em relação às diferentes dimensões de autonomia económica e política. Encontramos uma associação entre agregado e participação em movimentos sociais ($\chi^2 (2) = 8,964; p = .011$). Entre os jovens que vivem sozinhos/as ou com amigos/as 46,5% referem participar em movimentos sociais. Essa percentagem é menor entre os/as jovens que vivem com a família (32,7%) e com cônjuge (30,3%). A autonomia financeira está associada à pertença a sindicato ($\chi^2 (1) = 9,451; p = .003$). Ainda que falemos de percentagens muito baixas, os/as jovens que se entendem como pró-independentes sindicalizam-se mais (4,5%) do que os/as jovens pró-dependentes (1,2%). Vimos que a autonomia de estilo de vida gera diferenças estatisticamente significativas em termos de participação política global. Agora, de forma mais específica, reconhece-se que esta dimensão se associa ao exercício do voto ($\chi^2 (1) = 6,438; p = .008$) e à participação em movimentos sociais ($\chi^2 (1) = 9,335; p = .001$). No grupo dos/as que se consideram pró-independentes encontramos uma percentagem superior de jovens que exercem o direito ao voto (92,1%), enquanto no caso dos/as jovens pró-dependentes esta percentagem desce para os 86,9%. Entre os/as jovens que se entendem como pró-independentes a participação em movimentos sociais é superior (37,4%) comparativamente com os/as jovens pró-dependentes (27,6%).

Ao atendermos às dimensões mais políticas, o posicionamento político surgiu como uma dimensão fundamental. Um olhar mais diferenciado por tipo de participação, revela uma associação entre o posicionamento político e a participação política partidária ($\chi^2 (2) = 14,318; p = .001$), a participação em campanhas políticas ($\chi^2 (2) = 16,328; p = .000$) e a discussão política ($\chi^2 (2) = 9,842; p = .007$). Entre os/as participantes que se auto-posicionam politicamente como alinhados à direita, estão também aqueles/as que reportam mais frequentemente pertencer a um partido político (28,8%), comparativamente com os/as participantes que se alinham politicamente ao centro (17,9%) e à esquerda (15,3%). Esta tendência aplica-se também à participação em campanhas políticas: 35,9% para os/as jovens que se auto-posicionam como de direita, 21,4% para os/as que se alinham ao centro e 20,8% para os/as autoidentificados/as com a esquerda. Ao contrário de estudos anteriores (e.g., Magalhães, 2022), não se encontraram diferenças significativas no exercício do voto, mas sim a nível de outras atividades formais como a participação partidária e em campanhas. Os/as participantes alinhados/as com a esquerda, não se mostraram mais presentes em movimentos sociais, pelo menos não de forma estatisticamente significativa, contrariando também os dados de Magalhães (2022). A nível da discussão política, são também os/as jovens alinhados/as à direita que o fazem mais frequentemente (80,6%), seguidos dos/as jovens de esquerda (76,4%) e de centro (68,2%).

A identificação com uma minoria étnica encontra-se associada, de forma negativa, à participação em campanhas políticas ($\chi^2 (1) = 7,470; p = .006$) e à discussão de política ($\chi^2 (1) = 16,277; p = .000$). Os/as participantes que mencionam identificar-se com uma minoria étnica participam menos em campanhas políticas (3,1%) e discutem menos polí-

tica (40,6%) do que os/as que não se identificam dessa forma (23,9% e 73,3%, respetivamente). A identificação com minorias religiosas está também associada negativamente com a participação política, traduzida no exercício do voto ($\chi^2 (1) = 14,542; p = .001$), no associativismo ($\chi^2 (1) = 5,658; p = .011$) e na discussão de política ($\chi^2 (1) = 11,379; p = .001$). Os/as jovens que se identificam como pertencentes a minorias religiosas e que referem votar (77,9%), assim como estar envolvidos em associativismo (23,4%) e discutir política (54,5%), são menos do que aqueles/as que não se identificam como pertencentes a minorias religiosas (91,5%, 37% e 72,8%, respetivamente).

Ao contrário das associações encontradas nas minorias anteriores, sabemos que a comunidade LGBT participa significativamente mais do que a comunidade não-LGBT. De forma complementar, a tabela 8 mostra que identificar-se como LGBT se associa à participação em movimentos sociais ($\chi^2 (1) = 9,135; p = .002$) e à discussão de política ($\chi^2 (1) = 23,359; p = .000$). Entre os/as jovens que se identificam como LGBT, 44,7% participam em movimentos sociais, enquanto apenas 30,9% dos/as jovens que não se identificam como LGBT apresentam este tipo de participação. Também 88,6% dos/as primeiros/as discutem política, enquanto o fazem 67,1% dos/as segundos/as.

D. EMANCIPAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA – SOCIALIZAÇÃO

Esta quarta secção dedica-se à compreensão das questões de socialização política, relevantes para entender a emancipação dos/as jovens, e a sua relação com a participação política, entendida de forma global. A tabela 9, em específico, apresenta os meios de comunicação usados para entender questões políticas em debate usadas pelos/as participantes. Num primeiro olhar, é possível entender que a maioria dos/as jovens que da amostra usa às vezes e muitas vezes a media social (83,8%) como meio preferencial, seguindo a tendência de utilização das redes sociais como principal meio informativo, comunicativo e de socialização utilizado pelos/as jovens na atualidade (cf. Magalhães & Morais, 2008). Segue-se a televisão (83,4%) e o jornalismo convencional (72,6%). Será que existem diferenças entre os/as jovens que elegem diferentes meios de comunicação preferenciais em termos de participação política global?

Tabela 9. Dimensões de socialização política e participação política global

	Usa às vezes ou muitas vezes % (ordem média)	Pouco ou nada usa % (ordem média)	U
Jornalismo convencional	72,60 (669)	27,4 (362,27)	59524*
Jornalismo independente	44,6 (507,44)	55,4 (420,98)	844883*
Televisão	83,4 (462,96)	16,6 (439,07)	55111
Rádio	49,6 (491,34)	50,4 (430,19)	91728,50*
Media social	83,8 (463,66)	16,2 (407,09)	48964
Podcasts	41,7 (515,43)	58,3 (419,46)	81029,50*
Imprensa política	25,8 (590,77)	74,2 (413,07)	49350*

*Sig. <0.01

A tabela 10 informa-nos que os dois meios de comunicação mais usados são também aqueles que precisamente não determinam diferenças estatisticamente significativas, entre os/as jovens que os usam e os/as que não usam, no que concerne à participação política global. Todos os restantes determinam diferenças estatisticamente significativas a nível de participação política global, a saber, jornalismo convencional (U = 59524, p = .000), o jornalismo independente (U = 844883, p = .000), a rádio (U = 91728,50, p = .000), podcasts (U = 81029,50, p = .000) e a imprensa política (U = 49350, p = .000). Para todos os casos, são sempre os/as jovens que usam cada um destes meios de comunicação às vezes ou muitas vezes, aquelas/as que apresentam maior participação política global.

Os dados qualitativos do nosso estudo dão-nos orientações acerca de outros agentes de socialização que podem ser relevantes para promoção da participação política dos/as jovens. Estes são, sem dúvida, a família e o grupo de amigos:



Até porque há muita, ó pá, pelo que vejo, que por exemplo vai para esta juventude porque os pais já estão neste partido ou já votam neste partido ou ...” (Portimão)



Não só os pais. O teu grupo de amigos se calhar até é direcionado para aquelas pessoas políticas ou com aquelas ideologias. O círculo onde estamos inseridos, influencia.” (Évora)

Em linhas gerais, a participação política parece ir-se forjando num interesse por notícias políticas em diferentes meios de comunicações, pelo debate, pela demarcação de posicionamentos sobre temas determinantes, discutindo-os com a família, com amigos e com colegas (para posição similar, cf. Sveningsson, 2015).

E. EMANCIPAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA – MOTIVAÇÕES, COGNIÇÕES E AFETOS

Esta quinta secção centra-se num conjunto relevante de dimensões que aqui definimos como motivacionais e cognitivas-afetivas. Começando pelas dimensões motivacionais, um dos pontos de análise que abordámos foi o interesse por diferentes causas políticas e a sua relevância no momento de tomar decisões políticas, tais como votar. A tabela 10 mostra, por ordem decrescente, todas as causas ou temas de relevância política que foram apresentados aos/às participantes, e que pelo menos 70% destes/as consideraram importante a muito importante. Podemos, assim, dizer que esta tabela sintetiza um compêndio de interesses e motivações políticas dos/as jovens, no cenário político atual.

Tabela 10. Descrição de dimensões motivacionais - interesse por causas no momento de votar

	Muito importante a importante %	Pouco ou nada importante %
Saúde	98,9	1,1
Educação	98,4	1,6
Emprego	98,3	1,7
Habitação	97,2	2,8
Pobreza	96,3	3,7
Alimentação	93,7	6,3
Poder de compra	92,6	7,4

	Muito importante a importante %	Pouco ou nada importante %
Proteção social	92,5	7,5
Ambiente	92,1	7,9
Transportes	91,5	8,5
Família	90,4	9,6
Cultura	90,0	10,0
Criminalidade	86,7	13,3
Dívida pública	86,6	13,4
Receção de migrantes e de refugiados	85,5	14,5
Natalidade	84,6	15,4
Emigração	83,4	16,6
Extremismo e radicalização	79,6	20,4
Questões de género	78,1	21,9
Sexualidade	76,4	23,6
Desporto	72,7	27,3

Foram avaliadas dimensões entendidas como relevantes no momento de votar. A maioria das dimensões são tomadas como muito importantes ou importantes para a maioria dos/as jovens, com percentagens superiores a 70%, tais como as principais temáticas defendidas (97,4%), o programa de governação (97,1%), a ideologia do partido (93,5%), a proximidade aos cidadãos (84,9%) e a personalidade dos candidatos (79,6%). Por outro lado, um terço da amostra (35,2%) menciona a inclusão de jovens nas listas como uma dimensão que pouco ou nada importa e 77,3% refere que a intenção de voto da família também pouco ou nada importa.

Tabela 11. Descrição de dimensões motivacionais – outras dimensões relevantes no momento de votar

	Muito importante a importante %	Pouco ou nada importante %
As principais temáticas defendidas	97,4	2,6
O programa de governação	97,1	2,9
A ideologia do partido	93,5	6,5
A proximidade aos cidadãos	84,9	15,1
A personalidade dos candidatos	79,6	20,4
Inclusão de jovens nas listas	64,8	35,2
A intenção de voto da família	22,7	77,3

Sobre questões cognitivas-afetivas, o estudo qualitativo mostra-nos que há várias questões concorrentes relacionadas com a participação política. Nomeadamente, a autoestima, o medo do fracasso e a baixa autoeficácia apresentam-se como fatores dificultadores da participação política:



A escola tem um parlamento de jovens, se não me enganar este ano começamos a adotar, mas ao mesmo tempo os jovens perdem o interesse porque não sabem nada de antemão, então não participam para não ficarem tipo múmias perante o adversário. Sendo que democracias no arquipélago, há jovens que têm grandes acessos a esse tipo de informações e participam muito melhor que nós.” (Açores2)



Sim, é o medo de cometer um erro. Acho que é essa pressão toda de sermos criticados, ou as pessoas mais velhas não estão à vontade para nos ouvir ou estão sempre a dizer que não vale a pena, ou perguntam porque és assim, porque és extremista, como o Manuel disse.” (Aveiro)



Sim, se calhar queremos fazer alguma coisa e não sabemos como e ficamos tipo “ah não é para mim, não consigo fazer nada” (Algarve)

Esta baixa autoeficácia nem sempre é relatada. Em estudos anteriores (e.g., Magalhães & Moral, 2008), os/as jovens entendem ter as competências necessárias para levar a cabo as ações políticas, apresentando níveis de autoeficácia tendencialmente elevados, ou seja, acreditando que têm as capacidades para levar cabo as ações políticas necessárias.

F. EMANCIPAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA - EDUCAÇÃO, CONHECIMENTOS POLÍTICOS E CAPITAL SOCIAL

Entender a emancipação dos/as jovens implica considerar dimensões como o seu nível de educação e também os seus conhecimentos políticos, já que vão definir a sua possibilidade de tomar decisões fundamentadas a nível político e, por conseguinte, afetarão a sua participação política.

Tabela 12. Nível de educação e relação com a participação política global

	%	Ordem média	Teste	Graus de liberdade
Grau de escolaridade				
Básica (1º ao 3º ciclo)	7,4	265,25		
Secundária/cursos politécnicos	38,1	414,57	83,295*	2
Superior (licenciatura a doutoramento)	54,5	529,33		

*Sig. <0.01

Existem diferenças estatisticamente significativas entre os grupos com diferentes graus de escolaridade quanto à participação política global ($\chi^2(2) = 83,295$; $p = .000$). Os/as jovens com educação superior participam significativamente mais do que os/as jovens com educação secundária, sendo que ambos os grupos participam mais do que os/as jovens com educação básica. A escolaridade destaca-se, por norma, como um fator relevante na compreensão da participação política (cf. Costa et al., 2022).

Tabela 13. Associações entre níveis de escolaridade e subgrupos de participação política

	PP1		PP2		PP3		
	Partido	Eleições	Voto	Movimentos	Sindicatos	Associação	Discussão
Grau de escolaridade	2,580	8,888	184,508*	21,916*	n/a	21,129*	41,634*

* Sig. <0.01
n/a - Não aplicável devido ao incumprimento dos pressupostos do qui-quadrado

Em termos de associações entre o grau de escolaridade e os subgrupos de participação política, encontram-se associações significativas para o exercício do voto ($\chi^2(2) = 184,504$; $p = .000$), os movimentos sociais ($\chi^2(1) = 21,916$; $p = .000$), o associativismo ($\chi^2(2) = 21,129$; $p = .000$) e a discussão de política ($\chi^2(1) = 41,634$; $p = .000$). Entre os/as jovens com educação superior, praticamente todos votam (98,2%), sendo ligeiramente menos os/as jovens com educação secundária que votam (85,6%). No caso dos/as jovens com ensino básico, menos da metade (46,5%) exercem direito de voto. Quanto aos movimentos sociais e associativismo, as tendências são similares. Considerando os/as jovens que concluíram o ensino superior, 39,6% participam em movimentos sociais, 41,2% em associativismo e 77,1% discutem política. Entre os/as jovens com ensino secundário estas proporções baixam para 26,5% nos movimentos sociais, 27,3% no associativismo e 63,7% na discussão política. No caso dos/as jovens com ensino básico, a proporção que atua em movimentos sociais diminui para 20,3%, em associativismo para 24,6% e em discussão política para 43,5%.

Tabela 14. Descrição sumária dos partidos e figuras políticas que os/as jovens conhecem melhor

Partidos	Colocado em 1º lugar %	Figuras	Colocado em 1º lugar %
PS	31,3	Marcelo Rebelo de Sousa	30,9
PSD	25,0	António Costa	26,0
BE	9,0	Catarina Martins	3,9
IL	6,2	Rui Rio	3,5
Chega!	1,6	André Ventura	2,8
PCP	5,8	Rui Tavares	2,1
PAN	3,7	João Cotrim Figueiredo	2,0
Livre	2,7	Jerónimo de Sousa	2,0

No cenário português, quase um terço dos/as jovens refere que o partido que melhor conhece é o PS (31,3%) seguindo-se o PSD (25%) e o BE (9%). A figura política mais conhecida é o presidente da República (30,9%) e o primeiro-ministro (26%). Mas estes dados dizem-nos pouco acerca do conhecimento efetivo que os/as jovens têm sobre estes partidos e figuras políticas. Na verdade, uma das questões que mais emerge no estudo qualitativo é a falta de conhecimentos sobre questões políticas. Os/as jovens entrevistados mencionam não saber como as instituições democráticas funcionam nem quais as diferenças entre elas:



Mesmo as fontes de poder que estão mais perto dos jovens, como o poder local, é algo muito importante. Às vezes, nem sequer as pessoas percebem qual é que é a função de uma Junta de Freguesia, de uma Câmara Municipal, qual é que é a diferença entre o poder municipal e o poder legislativo, mesmo do governo, às vezes as pessoas não percebem qual é que é a diferença e, depois, não sabem que podem participar na Assembleia de Freguesia ou como podem participar numa Assembleia Municipal e, mesmo quando participam, se calhar não sabem como, porque não faz sentido ir para uma Assembleia de Freguesia criticar o orçamento do Estado, porque isso não é da competência da Junta de Freguesia. Acho que também devia passar, não em termos ideológicos, mas em termos de organização.” (Setúbal)

Já em termos ideológicos, é recorrente os/as jovens mencionarem que não entendem as diferenças entre as ideologias das principais forças políticas presentes no cenário político atual:



Eu acho que é também não saberem identificar-se porque não têm os conhecimentos gerais do que é esquerda, o que é direita, quais é que são os ideais. Hum, será que ler o programa eleitoral dá trabalho e se quiseres ter informação mais rápida que chega aos jovens, eles também não vão lá dessa maneira.” (Portalegre)

Estas complicações traduzem-se ainda em dificuldades adicionais, tais como, entender a linguagem política, ou até mesmo, em entender conceitos como política ou Estado. Os/as participantes referem ainda que quanto mais distante o sistema político se situa da vida dos/as jovens (e.g., parlamento europeu), menos conhecimentos estes têm sobre ele.

G. EXPECTATIVAS, PREOCUPAÇÕES E PROPOSTAS PARA O FUTURO

A tabela 15 exhibe percentagens em termos de concordância, neutralidade e desacordo, autorrelatadas pelos/as jovens relativamente a expectativas, preocupações e propostas para o futuro da juventude em Portugal. Aquelas que suscitaram um maior nível de concordância foram a contratação de jovens (90,4%), a renovação de carreiras da função pública (78,5%), a existência de segurança em Portugal (71,4%) e a necessidade de apostar em iniciativas comunitárias e populares (69,4%). Ao invés, encontramos níveis de discordância elevados em termos da justiça dos valores praticados no mercado do arrendamento e na aquisição de imóveis (83,3%), justiça do sistema de impostos (65,1%), sistema de ensino adaptado aos/às jovens (60,2%) e existência de perspectivas de emprego estável (51,8%).

Os dados qualitativos complementam estes dados. Como já fizemos notar acima, o emprego e a habitação são preocupações determinantes na vida dos/as jovens. Em entrevista, estes/as deixam algumas propostas que podem auxiliar na melhoria destas duas dimensões. Para o emprego, os/as jovens propõem a renovação geracional de quadros, apoio ao empreendedorismo, quota de contratação juvenil e o final dos recibos verdes. Para a habitação, os/as jovens falam primordialmente da regulação e estabelecimento de tetos de rendas, de bolsas de apoio à habitação e ajuda estatal para entrada de empréstimo bancário de compra de casa, entre outros. Devemos referir que os/as jovens que participaram nos grupos focais centraram-se ainda noutras preocupações para além das mencionadas, nomeadamente educação, saúde, acessibilidade e mobilidade, e instituições juvenis. Em conjunto com as anteriores, estas foram as seis principais áreas que refletem diversas preocupações, em Portugal, entre os/as jovens.

Tabela 15. Descrição sumária de expectativas, preocupações e propostas para o país

	Concordância %	Nem concorda nem discorda %	Desacordo %
Contratação de jovens	90,4	7,1	2,5
Aposta na renovação das carreiras da função pública	78,5	16,0	5,5
Há segurança em Portugal	71,4	16,9	11,7

	Concordância %	Nem concorda nem discorda %	Desacordo %
Aposta por iniciativas comunitárias e/ou populares	69,5	22,2	8,3
Movimentos sociais e as iniciativas cívicas são uma parte central democrática	57,0	28,0	15,0
Estrangeiros, migrantes, refugiados e minorias étnicas e religiosas são bem acolhidos	53,8	25,5	20,7
Hipótese de emigrar	52,1	20,2	27,7
Sistema de saúde acessível e de confiança	41,4	22,8	35,8
Portugal tem posições construtivas para Europa e mundo	38,3	31,7	30,0
Confiança nas instituições democráticas	35,0	31,0	34,0
Confiança no futuro	33,5	25,1	41,4
Preocupação com as alterações climáticas e a sustentabilidade	28,9	29,0	42,1
Perspetivas de emprego estável	24,4	22,4	53,2
Sistema de ensino adaptado aos jovens	19,3	20,5	60,2
Sistema de impostos é justo	13,2	21,7	65,1
Habitação, para aquisição ou para arrendamento, faz-se a preços justos	6,0	10,7	83,3

Em relação à educação, o ensino superior é normalmente o alvo principal de críticas e preocupações. Por um lado, alguns/algumas jovens concentram as suas preocupações na excessiva valorização do ensino superior em Portugal, sem existir formação profissional de qualidade, alternativa ao ensino superior. Por outro lado, para aqueles/as que pretendem integrá-lo, as dificuldades são múltiplas: **a)** a atribuição de bolsas (i.e., por norma morosa e burocrática, em que a contagem de rendimentos é estimada a partir de rendimentos do ano anterior, os atrasos nos pagamentos, perda de bolsas em situação

de reprovação); **b)** currículos demasiado teóricos e pouco profissionalizantes-técnicos; **c)** métodos de ensino pouco participativos; **d)** falta de vagas nas residências universitárias; **e)** o acesso ao ensino superior em si mesmo (i.e., críticas ao processo de exames, necessidade de limitar vagas em determinados cursos, necessidade de orientação vocacional); **f)** professores/as envelhecidos/as; **g)** distância da universidade. Para além destas críticas, vale a pena referir que há uma outra, não ligada diretamente ao ensino superior, que surge de forma apelante: a educação para a cidadania como disciplina do ensino básico e secundária não serve para os propósitos estabelecidos. Para os/as participantes, esta disciplina é um espaço em franco desaproveitamento e onde precisamente as questões da participação política poderiam ser exploradas.

Os/as jovens apresentaram algumas propostas para promover a melhoria do sistema de educação. No que diz respeito ao sistema de ensino superior, os/as jovens pedem mais cursos nas ilhas, estágios na licenciatura, isenção total de propinas, renovação de currículos, melhores condições de acesso a bolsas com desenvolvimento de plataforma *online*, igualdade de oportunidades, entre outras. Fora do ensino superior, os/as jovens pedem transformação das condições de realização de estágios (e.g., todos estágios devem ser remunerados sem exceções, favorecer condições de acolhimento de estagiários/as para as empresas), aposta no ensino profissional, fomento de uma formação crítica (e.g., redução de carga horária e utilização do excedente em temas sociais), promoção da educação sexual, da educação não-formal e da educação artística.

A saúde encontra-se também nas preocupações prioritárias, manifestadas nos resultados qualitativos. Os/as jovens preocupam-se essencialmente com o acesso a serviços públicos de qualidade em saúde mental. Queixam-se ainda dos tempos de espera e da dificuldade em aceder às consultas de especialidade, da falta de acesso a cuidados de saúde fora da área de residência, do pagamento das taxas moderadoras, da pressão para aderir aos serviços de saúde privados e, por fim, da falta de investimento e recursos no SNS. Que propõem então os/as participantes ao nível da saúde? Investimento em consultas de psicologia e saúde mental, aumento do número de profissionais de psicologia, interpretes, reforço geral do SNS e articulação integrada para deslocados.

No que concerne à acessibilidade e mobilidade, as preocupações dos/as jovens estão associadas aos transportes públicos, principalmente no interior, ao subsídio de mobilidade insular, que para alguns/algumas é insuficiente, e à condição das estradas portuguesas. Para este eixo, as propostas são mais tímidas, sendo que os/as jovens apenas referiram o reforço dos transportes públicos no interior e a extensão dos passes sociais até aos trinta anos. Por fim, quanto às instituições juvenis, os/as participantes referem-se normalmente ao IPDJ e ao CNJ. A primeira instituição, na perspetiva dos/as jovens, carece de capacidade técnica para responder aos problemas que os afligem (e.g., esclarecimentos sobre porta 65), não tendo a devida divulgação de atividades e estando centralizada nas capitais de distrito. Alguns/algumas participantes mencionam ainda que o serviço 'Balcão ponto já' do IPDJ está obsoleto. O CNJ, segundo os/as participantes, não tem a devida

divulgação e está concentrado no litoral. Os/as jovens propõem maior digitalização destas instituições, na comunicação e no desenvolvimento de serviços orientados para os/as jovens.

H. QUANDO OS/AS JOVENS NÃO PARTICIPAM FORMALMENTE

A tabela 16 apresenta percentagens relativas à concordância, neutralidade e desacordo acerca de fatores autorrelatados como negativos em relação à participação política dos/as jovens, principalmente olhando o nível formal. Como já foi analisado, a falta de conhecimentos é a dimensão que os/as jovens consideram mais negativa (84,1%). Seguem-se as promessas não cumpridas (77,2%), as questões de falta de representação partidária (76,7%) e as lacunas comunicacionais das figuras políticas (75,6%). Apenas 17,2% dos/as jovens inquiridos consideram que a burocracia do voto afeta negativamente a participação dos/as jovens.

Tabela 16. Descrição sumária de autorrelatos sobre dimensões que afetam negativamente a participação política juvenil

	Concordância %	Concorda nem discorda %	Desacordo %
Falta conhecimentos	84,1	6,8	9,1
Promessas não cumpridas	77,2	15,0	7,8
Falta de representação partidária	76,7	14,9	8,4
Partidos políticos não comunicam bem	75,6	17,0	7,4
Falta interesse	70,6	11,0	18,4
Ideologias pouco claras	55,0	26,3	18,7
Voto burocrático	17,2	12,3	70,5

No seguimento destes resultados, também o estudo qualitativo traz contributos relevantes. Este aponta para um descontentamento político dos/as jovens, que parece dirigir-se sobretudo para a participação política formal (PP1). O que fundamenta este descontentamento e, em consequência, leva à diminuição da participação política? Ao longo dos grupos focais, foi possível identificar um rol de críticas à política portuguesa no geral e às questões que afetam os/as jovens em particular. Ao longo destas críticas, é dado um lugar de relevo às juventudes partidárias e aos partidos políticos portugueses o que poderá explicar, em parte, a diminuta adesão partidária da amostra. Em termos de críticas gerais, os/as jovens apontam sobretudo a corrupção e a falta de transparência:

“

E generalizando acho, para os jovens, que a política são aqueles gajos que estão sempre a roubar-nos.” (Lisboa)

A política portuguesa parece-lhes lenta e burocrática já que, nas palavras dos/as participantes, não passa de uma cultura de ‘bitaite’, composta por ações sem profundidade e de fachada política.

“

Ou demora muitos anos a conseguir alguma coisa, por muito pequenina que seja.” (Évora)

“

Porque é que não deixaram a pessoa falar aqueles dez minutos? Lá está! É aquele formalismo, que é de fachada. E depois é o que tu estás... é isso que estás a dizer de ficar bem visto, em português, o que é a gente diz? É para inglês ver. Pronto, é só.” (Lisboa)

Ainda nas críticas gerais, os/as jovens falam de um elitismo político frequente, que veda aos cidadãos e às cidadãs oportunidades para uma participação política plena, que reforça o individualismo e exclui o interior.

“

Depois existem projetos ligado às empresas que são mais para o elitismo, ou seja, nem vale a pena concorrer porque existem uma série de processos que têm de ser ultrapassados para conseguir entrar.” (Setúbal)

“

Mais isto é algo que sim, que é um desafio da democracia representativa. E depois as pessoas, ao sentiram que a democracia representativa, é uma democracia também adormecida e, às vezes, com alguma falta de mecanismos de democracia participativa ou mecanismos que as pessoas não compreendem, hum, e vão-se autoexcluir. Isso acontece sobretudo nos mais jovens.” (Lisboa)

“

Que as consultas públicas não chegam ao interior, os eventos não chegam ao interior, o parlamento não se pode, a escola de Mirandela não tem dinheiro, não podemos ir fazer visitas, não podemos fazer nada. Essas pessoas que nunca na vida se calhar nunca foram à capital. Não têm noção do que é sua Assembleia da República.” (Porto)

As críticas elencadas pelos/as jovens também se direcionam especificamente para a política juvenil. A mais preponderante é a falta de influência dos/as jovens na política, não conseguindo chegar ao momento de decisão política. Estes resultados vão ao encontro de estudos anteriores sobre esta matéria, que mostram que os/as jovens tendem a acreditar que não serão ouvidos nem os seus interesses defendidos (e.g., Harris, Wyn & Younes, 2010).

“

Eles querem a opinião dos jovens, pedem a opinião dos jovens, só que dão a sua opinião acerca de diversos assuntos, mas, hum, dizem que vão pôr em prática, que vão tentar melhorar a coisa, mas na verdade não fazem isso.” (Lisboa)

Esta falta de influência reflete-se ainda na ausência de jovens nas listas e na sua utilização de forma oportunista, pois por vezes os/as jovens são incluídos/as apenas por uma questão de moda.

“

Eles só precisam da gente para fazer número.” (Madeira1)

“

Para abanar bandeirinhas, fazer campanha.” (Madeira1)

“

Eu acho que está na moda. Eu acho que é um daqueles sistemas que entramos nestes discursos. Mesmo a própria a comunicação é sempre a abordagem de que “ai, os jovens, que queridos, vamos ver o que é que eles querem pensar.” É um bocado assim, aquele sentimento de menorização.” (Lisboa)

Os/as jovens dizem-se ainda infantilizados e, muitas vezes, menosprezados quando o tema é o associativismo juvenil. Sobre este assunto, referem o seguinte:

“

E o facto... o facto dos jovens se emanciparem tão tarde, e conseguirem obter os seus objetivos tão tarde, faz com que haja uma infantilização do papel do jovem enquanto ser social. Portanto, se me perguntarem, a política preocupa-se com os jovens? Não, não se preocupa com os jovens.” (Madeira2)

“

Há pessoas que há anos que não têm tido acompanhamento e acham que o associativismo juvenil é um espaço de poupar dinheiro ao Estado e dificultam o trabalho.” (Évora)

As juventudes partidárias são alvo de intensas críticas por parte de muitos/as dos/as jovens que participaram nos grupos focais. As mais frequentes direcionam-se para o carreirismo, a continuidade entre família e juventude partidária, a obediência ao partido vista como condicionante de uma agenda própria e a pouca informação existente sobre como aderir.

“

Muitos deles entram pelos ideais do partido, mas sei que há muita gente que não entra por causa disso, entra porque pensa que é um centro de emprego.” (Algarve)

“

Eles estão lá e acham que mandam alguma coisa ali nas “jotas”, mas acima deles estão sempre a mandar.” (Évora)

Já no caso dos partidos, as críticas prosseguem. Na verdade, estes são essencialmente criticados pelas suas orientações político-práticas uma vez que o seu funcionamento parece ser gerido através de cunhas e clubismo.

“

Eu acho que também o meio político é muito fechado, muito elitista e que é difícil progredir se não tivermos contactos, se não criarmos cunhas, e isso é a imagem que transparecem aos jovens, mas não é tão verdade como se pensa, porque existe muita progressão através das juventudes. Eu acho que os jovens pensam que a política é muito fechada.” (Setúbal)

“

Eu acho que é fácil ingressar num grupo partidário porque basta preencher uma ficha de militante, mas eu acho que é mais por falta de informação, ou seja, nós não somos ativos numa coisa que nós não sabemos. Mas, para nós sabermos e para ingressar também precisamos de tentar compreender o que é que se passa lá. Só que como as pessoas não promovem as juventudes partidárias, também não sabemos como ingressar.” (Setúbal)

Os/as jovens revelam também dificuldade em compreender que os partidos se pautem por rivalidades políticas.

“

Porque eu acho que não há um bom senso no que toca à discussão entre partidos. A ideia que eu tenho é que um partido de oposição dirá as coisas contrárias do partido que está no poder, só porque é da oposição.” (Aveiro)

Importa referir que os/as jovens do estudo qualitativo também entendem os partidos como desconectados das associações e da vida quotidiana dos cidadãos e das cidadãs, isto é, desincorporados dos elos políticos que deveriam manter. Estas deveriam ser uma base social de apoio, o que parece não acontecer. Este processo reflete, uma vez mais, o elitismo dos partidos.

“

Exato! E há uma coisa que eu noto, por exemplo, nós jovens, nós gostamos de estar mais no meio e de saber o que se passa, do que os próprios políticos. Os políticos é perto das eleições, ok vamos tentar saber o que é que as pessoas acham. Nós, não! Para nós, basta estarmos com os nossos vizinhos, ou num café para sabermos das coisas.” (Setúbal)

As condicionantes no acesso, na integração e na vida partidária, parecem estar presentes na vida dos/as participantes. As camadas mais jovens tentarão contestar as agendas políticas dos partidos e a sua estrutura (cf. Ferreira, Azevedo & Menezes, 2011) precisamente no sentido de criticar privilégios estabelecidos por segmentos políticos que veem na política formal a continuação desses privilégios e do carreirismo (O’Toole et al., 2003; Silva et al., 2022).

Para fazer-se sentido do descontentamento político de uma parte da juventude atual, principalmente em termos formais (i.e., participação partidária, em campanhas e eleições, em outras ações que não sejam apenas o voto), há que entender dimensões afetivas, histórico-políticas, psicológicas, de capital social-cultural e oportunidades baratas. Uma vez mais, e como evidenciado pelos/as participantes do estudo qualitativo, as dimensões afetivas trazem à tona o desânimo apreendido, as tais promessas reiteradamente não cumpridas, o esforço não compensado, ou os longos e tortuosos caminhos institucionais formais que não se refletem em mudanças concretas ou se refletem apenas de forma muito acanhada:

“

Mas, hum, se calhar, desacreditam as instituições que existem. E, se calhar, já houve motivos para desacreditarem nelas.” (Lisboa)

“

Porque já há muitos anos que trabalho em políticas de juventude e tento influenciar positivamente certas estruturas e bato sempre na trave.” (Évora)

“

Eu acho que, pelo menos pelo contacto que tenho tido, a principal razão pela qual os jovens não participam tem muito... acho que não veem o resultado concreto da ação das juventudes.” (Portalegre)

A nível de dimensões histórico-políticas, os/as jovens falam acerca de uma crise de representatividade política atual.

“

Acho que nós não nos sentimos representados, nem politicamente, numa assembleia ou na câmara municipal, mas também não nos sentimos representados na própria vida. Em sociedade não há jovens a trabalhar nas finanças ou a ser professor.” (Évora)

A par desta questão central da representatividade, surgem outras que merecem a nossa atenção, tais como a ausência de incentivos, a política como tabu e o impacto da socialização fascista.

“

É quase um tabu falar sobre esse tema, porque as pessoas não se querem meter.” (Porto)

“

Literalmente, eu acho que passa essencialmente pelas pessoas que vieram de um sistema fascista (...). Mas, eu nunca faço isso porque ainda é um sistema de opressão muito grande que, hoje em dia, se transformou num sistema de “eu não quero saber”, ou seja, passou a ser de uma questão de perigo para ser uma questão de leis, porque passa pela educação. O meu avô ensinou ao meu pai para não debater política porque não deve ser debatida porque isso cria confusões e problemas e depois os jovens não vêm a importância que a política tem, que as comissões à volta têm, como a Joaquina estava a dizer, não percebem a dimensão que pode ter na vida deles e na de toda a gente, acabam por não ganhar esse gosto.”

(Algarve)

“

Eu acho que os jovens não estão desinteressados, acho que estão de costas voltadas, no sentido de protesto, a partir do momento em as medidas que estão feitas, são feitas por pessoas com faixas etárias muito mais elevadas que já veem a parte jovem com um toque nostálgico e já não têm noção das dificuldades do que é ser jovem na sociedade de hoje, porque antigamente com vinte anos era fácil trabalhar, ter uma primeira casa, ter dependência. (...) Estão desinteressados, mas é como uma forma de protesto.” (Algarve)

Em termos de explicações de cariz psicológico, surge o conformismo como característica definidora da juventude portuguesa e da população no seu geral.

“

Mas, uma coisa é mandar o bitaite, outra coisa é levantar e fazer, ou ir mudar.” (Lisboa)

“

Do governo em si, porque eles veem que as pessoas não se queixam, ou então queixam-se e não fazem nada por isso, então vamos continuar.” (Madeira)

Paralelamente outras dimensões são elencadas como obstrutoras da participação política formal: a autoestima baixa, o cansaço, o medo do fracasso, a autoexclusão, entre outros:

“

Não é toda a gente que trabalha das oito da manhã à meia-noite; e depois ainda quer estar a pensar sobre política; e, às vezes, nem sequer tem pessoas com quem falar de política. Por isso, eu compreendo que seja difícil, pelo menos em algumas zonas.” (Porto)

“

Mesmo no Porto, também sei que existe, porque eu trabalhei numa escola profissional durante dois anos e eu tinha alunos que falar em política era o pânico.” (Porto)

Relativamente ao capital social-cultural, de forma evidente, os conhecimentos políticos voltam a ser uma questão relevante. Além disso, a falta de uma rede de apoio (partidária ou associativa) que ligue os/as jovens às questões da participação política, assim como as dificuldades para comunicar politicamente são também tidas em conta.

“

Eu acho que pode ser falta de educação para a cidadania, para a política, preparação para perceberem que realmente podem ter um impacto, ter um papel na sociedade, podem fazer o que quiserem realmente e lutarem o que quiserem e existe esta, este incentivo para que eles tenham uma voz mediada na sociedade.”

(Portalegre)

“

Portanto, para a primeira coisa que ele disse, eu acho que se hoje, se tu não tens ninguém que te ensine ou nenhum familiar, dentro do mundo político, isto é, dentro de algum partido, é muito mais difícil, tu chegares lá. É a minha visão.” (Porto)

Por fim, encontram-se todas as dificuldades que os/as jovens encontram para participarem na política em razão da sua idade. Por outras palavras, o etarismo penetra a vida dos/as jovens que se esforçam por participar na política, através da desvalorização dos/as mais novos/as (ver também, Ribeiro et al., 2015):

“

Temos este problema. Depois, na minha área por exemplo é um desafio. Isto também vou ir para a minha área neste sentido, que é eu chego ao pé de um agricultor e digo-lhe assim, “mas para que é que você foi pôr tanto adubo nisto, isto não se pode fazer.” “Ainda não eras nascido, eu já fazia assim.” A resposta é esta.” (Lisboa)

“

Eles vão dizer “olha cresce mais uns aninhos!” (Madeira1)

“

Os jovens não são levados a sério, não tão sério quanto deveriam. Se chegar um rapaz de 18 anos à frente, mesmo que saiba sobre toda essa informação e tentar fazer alguma coisa se calhar, não o vão levar a sério. “Ah, porque tens 18 anos. Tu não sabes o que andas a fazer!”
(Portimão)

INCREMENTO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA JUVENIL

Finalmente, os resultados qualitativos indicam caminhos para promover a participação política. Sem espaço para dúvidas, a educação surge como parte elementar para incremento da participação. Segundo os/as jovens entrevistados/as o processo educativo deve acontecer em dois sentidos: a) formação prática (i.e., literacia financeira, tal como preencher uma declaração de IRS, ensino do funcionamento democrático institucional para crianças, aposta no parlamento jovem); e b) a educação disciplinar, através da adoção de uma disciplina sobre política e do reforço dos conteúdos de História. Alguns/algumas jovens mencionam ainda a relevância de adaptar os conteúdos, de criar um dia nacional da política, de incentivar uma política por pares e de ter uma orientação lúdica no ensino da prática política institucional.

“

Eu acho que uma prioridade é o ensino de política e de História nas escolas.” (Aveiro)

“

Por fim, sei que há aqui um projeto que o faz muito bem, que é em ter meios atrativos para participar na política. Acho que, senão estou em erro... Acho que é uma forma muito engraçada de poder participar, porque faz da política um jogo. E ofereço, se calhar, aqui não uma ideia, não o ideal da participação por si, mas ofereço algumas recompensas neste jogo político e cívico que podem ser meios de cativação e de... hum, de incentivo mesmo.” (Lisboa)

Por outro lado, os/as jovens tecem várias reformulações à maneira como a política é entendida e praticada. Falam frequentemente de repensar a política e dos problemas políticos que são, de forma usual, ligados à juventude. Portanto, referem que muitos dos problemas dos/as jovens, não são problemas dos/as jovens em si ou que lhes possam ser atribuídos de forma exclusiva.

“

Mas, eu acho que é uma coisa, porque nós é assim, nós somos muito corporativistas e nós jovens não temos de achar que nós temos de saber para nós próprios. Eu também acho que há muito essa falha, porque nós vendemos os chavões. Somos a geração melhor preparada, a próxima vai ser melhor preparada que nós, vai ser sempre assim, hum, e nós não vamos estar a espera sempre que, ou seja, nós jovens, primeiro, não temos de ser histéricos. (...) Eu acho que falta essa visão, ou seja, o jovem, por exemplo, quando vai alguém, seja das juventudes partidárias, seja de uma associação juvenil, porque é que tem de falar só dos jovens? (...) Porque é que temos de ter essa ideia de que os jovens sempre que é chamado para uma coisa, só pode falar dos jovens? Porque é que um jovem não pode falar do SNS? Porque é um jovem não pode falar da educação em geral? Porque é que não pode falar do problema dos sem-abrigos? Não, o jovem é visto como... ok, tu tens o teu assunto, vais mandar.” (Lisboa)

É ainda relevante, nesta consideração global de repensar a política, entender que esta é construída com base e através de interesses conflitantes. Ainda que anteriormente tenham revelado pretensões pós-políticas devidas a um certo descontentamento com a política, alguns/algumas participantes notam que o incremento da participação política passará por repensar este aspeto:

“

Porque, com pena plena, ou satisfação da vida por mim, faz sentido que necessitemos de confronto. E a política é confronto constante, porque o confronto não se faz entre partidos, faz-se dentro do partido. Eu posso dizer que faço parte de um partido que, num futuro breve, vai ter uma discussão interna grande porque temos visões distintas. Hum, do que é que nós queremos para o país e qual a realidade que nós queremos.” (Porto)

Outros/as jovens mencionam ainda a relevância de reconhecer que a juventude não deixa de forjar a sua própria ação política mesmo face às adversidades, fazendo trabalho de terreno, devolvendo o compromisso político que tantas vezes é posto em causa, impregnando e recuperando a paixão política e comunicando de forma mais clara, entre outras.

“

Às vezes, pode ser um bocadinho difícil, mas se tentarmos se calhar, acho que sim. Como tudo nesta vida, a gente tem de fazer por aquilo que a gente quer. Se temos algum objetivo ou se temos alguma coisa que a gente queira apresentar ou lutar, a gente tem de ir atrás das pessoas certas e das coisas certas.” (Açores1)

“

Agora vamos aqueles, mas tem que ser integrado e às vezes é passar... pegar nas pessoas que já têm esse conhecimento, ou seja, são o senhor ali na rua, que consegue conhecer todos que vão lá ao café dele porque tem não sei o quê, vamos falar com o senhor do café perguntar o que podemos fazer lá.” (Porto)

“

Aliás este é um dos motivos pelo qual eu ainda não emigrei, ou não quero emigrar, é isso e também um pouco daquilo que eu acho que falta na... no sistema político português, que é a paixão. Pronto. Eu olho para muitos políticos e que estão lá nos lugares, querem lugares, mas não têm paixão pelo que fazem.” (Porto)

Em terceiro lugar, muitos/as dos/as participantes ambicionam uma política mais jovem. Por política mais jovem entendem ações e realizações políticas que permitam satisfazer os interesses dos/as jovens ao mesmo tempo que estes/as são auscultados/as sobre os problemas que lhes são mais próximos. Este processo facilitaria a atração e a retenção dos/as jovens na política.

“

Enquanto não se centrarem no feminismo, em pessoas trans, em pessoas [...] Enquanto não se centrarem nessas causas, e em mudar e incluir essas pessoas, porque não há nada de diferente nelas [...] Eu acho que nós jovens seríamos um bocadinho mais ativos na política.” (Madeira1)

“

Não há auscultação suficiente, por parte de cada partido, ou mesmo da administração central, aos jovens. Eu tenho um exemplo disto, que foi quando há alguns meses, (...) tivemos a redigir um projeto de lei. Depois foi enviado e foi para o PSD, que foi esse partido que teve a fazer e foi aprovado. Hum, e na altura, as pessoas que estavam lá falaram de exames nacionais, não percebiam nada do que estavam a dizer, que estavam a dizer disparates e contradições lógicas. Aquele debate, aquela sala ali, estava-me a causar enorme confusão, porque eu sabia que se eu fosse lá, eu conseguia explicar aquilo a todas as pessoas, mas aquelas pessoas estavam todas erradas mesmo. Por exemplo, estavam a falar em terceira fase. Não existe terceira fase no exame. Coisas mesmo que mostravam, que pareciam que nunca tinham ouvido falado daquilo. Horrível! E por exemplo aquele debate específico poderia contar com participação de jovens.” (Portimão)

Tornar a política mais jovem significa também desenvolver quotas para garantir maior representatividade juvenil.

“

No caso da política, é necessário, também, como existe as quotas para maior participação feminina na política, acho que também era importante nós começarmos a ter uma quota para jovens. Acho que era fundamental também para nós começarmos a rejuvenescer o nosso... o nosso sistema político, porque há muitos políticos de carreira que estão lá há 20 e há 30 anos.” (Madeira2)

Em quarto lugar, uma política mais jovem implica repensar os meios de comunicação, usando, por exemplo, *youtubers* e media social, assim como promovendo mais campanhas *online*. Em consonância, há evidências de que os membros das juventudes partidárias e associações criticam o modo como funcionam os partidos e como estes comunicam de forma desocasionada com atuais e possíveis membros (Silva & Costa, 2022). Em acréscimo, os/as participantes falam acerca da necessidade de tornar a comunicação de política mais informal.

“

Eu posso convidar, posso usar a Câmara Municipal, por exemplo, uma plataforma e em vez de mandar para os que têm uma newsletter, ponho.... ponho posters, ponho coisas nas redes sociais que eles usam. Chamo youtubers e ponho youtubers a participar e a partilhar a experiência.” (Porto)

“

Os jovens usam o twitter, várias redes sociais e chamam à atenção à camada jovem. Por isso é que ganhou grandes votos, apesar de ser um extremo, o que é um bocado negativo, na minha opinião, mesmo assim conseguiu grandes votos. Conseguiu chamar os jovens à atenção e isso prova que se os outros partidos seguissem o exemplo do partido do Chega!, também poderiam estar a alcançar uma camada enorme.” (Açores2)

Por fim, para além das orientações gerais supramencionadas, o incremento da participação política também passa por estratégias mais direcionadas às suas diferentes formas. A nível da participação política formal, aquela que apresenta o maior desinvestimento dos/as jovens, as orientações direcionam-se para os partidos, para a organização de campanhas (i.e., mais jovens nas listas e cumprir medidas), para a facilitação do voto (i.e., *online* e digital, aos 16 anos e com dois fins-de-semana opcionais) e para a política local (i.e., formação dos técnicos da juventude, com inserção de pelouro da juventude e OPJ onde ainda não existe). A nível da participação não formal, as indicações dos/as jovens prendem-se, acima de tudo, com o envolvimento de associações locais em todo o processo político e com o desenvolvimento de parcerias entre instituições académicas e associações práticas.



cap.4.

PROJETO 'POLITICAMENTE DESPERTO': MAIS INFORMAÇÃO, MELHOR PARTICIPAÇÃO

Conclusões

Após a apresentação e discussão dos resultados, retomamos os diversos tópicos em análise integrados em oito conclusões principais:

i. A suspeita de que os/as jovens são naturalmente inativos a nível político ou de que a sua participação política está em declínio acentuado não encontra substrato no nosso estudo (*para resultados similares veja-se, Costa et al., 2022*). O problema parece bem mais complexo para ser representado apenas desta forma. Não negamos que o descontentamento juvenil existe e que os seus padrões atuais de participação política se têm, por isso, reconfigurado. O que superficialmente aparece como desinteresse ou defesa de um processo antipolítico pode, na verdade, equivaler às respostas de resistência dos/as jovens às condicionantes histórico-sociais em que vivem (i.e., falta de formação sistematizada sobre a vida política e sobre o funcionamento das instituições democráticas; desesperança e falta de confiança nas instituições democráticas que parecem inaptas para gerar mudanças concretas para intervir nos problemas que os/as afetam; discussão de política, em Portugal, ainda assente num clima tabu; difícil inserção nas estruturas formais partidárias). Mas nem isto impede, de forma absoluta, que os/as jovens ambicionem maneiras de repensar a política e de resgatar, no seu geral, o compromisso e a paixão que podem estimular um maior envolvimento da população portuguesa e dos/as jovens em particular.

ii. Os nossos resultados apontam para o retrato da difícil emancipação económica que os/as jovens vivenciam em Portugal - sem condições de viver por conta própria ou, caso o façam, sem rendimentos que lhes permitam viver dignamente. Este cenário é mitigado nos casos em que os/as jovens vivem com a família ou em imóveis familiares, ou então quando dividem habitação com amigos/as ou companheiros/as. Cerca de dois terços dos/as jovens que trabalham mencionam trabalhar de forma precária. Não têm contrato de trabalho estável, regressam à casa dos seus pais dos quais dependem financeiramente, os seus salários são baixos ou têm de pagar pelos meios necessários para trabalharem, entre outros. É entre os/as pró-independentes que encontramos maior participação política global com especial incidência no exercício do voto e à participação em movimentos sociais. São também os/as jovens mais pró-independentes financeiramente os/as que estão mais sindicalizados. Serão também os/as jovens que ocupam uma faixa etária superior, isto é, entre os 26 e os 30 anos. Os/as que trabalham a tempo completo têm uma percentagem muito superior de voto. São os/as que vivem sozinhos/as ou com amigos/as aqueles que mais participam em movimentos sociais. Além do mais, os/as jovens ensejam uma vida com estabilidade, apelando à contratação efetiva e à renovação de carreiras da função pública, assim como esperando uma regulação justa do mercado de arrendamento e de empréstimos à aquisição de imóveis, à renovação do sistema de ensino e de saúde. Estas são também

algumas das suas motivações políticas mais comuns. Os resultados parecem indicar que as obstruções flagrantes à emancipação financeira e de vida, no seu todo, podem dificultar a participação política dos/as jovens, o que vem em linha com estudos anteriores (e.g., Kovacic & Dolenc, 2018). Os pró-independentes são jovens mais velhos/as que possuem relativa estabilidade financeira e de vida, e parecem ser estes/as que buscam batalhar por melhorias, mas já a partir de vínculos laborais mais estáveis. A precariedade não gera diferenças a nível de participação política global nem dos seus subgrupos, mas isso não significa necessariamente um abandono de um modelo de mobilização com vista a melhorias de condições de vida. Antes, poderá ser explicado pela dificuldade de organização política que se forja em climas de elevada precariedade, por exemplo, quando os/as jovens trabalham para economia de serviços com condições de trabalho temporárias e instáveis (Harvey, 2017), ou para empresas-plataforma, que oferecem condições de trabalho igualmente rudimentares e que dificultam a organização dos trabalhadores devido ao isolamento das suas atividades - processo chamado de uberização laboral (cf. Slee, 2017).

iii. Apesar de a hipótese de circuito ou ecossistema (cf. Silva & Costa, 2022) ter algum sustento - i.e., os/as jovens que participam em partidos, são os que mais organizam campanhas, participam em movimentos sociais, em associativismo e discutem política - fica claro que este tipo de participação política juvenil mais interconectado não é moda nem tendência predominante. De facto, a participação política, para a amostra em estudo, equivale essencialmente à discussão quotidiana de política e à ida às urnas para votar ainda que mesmo neste último nível seja importante salientar: **a)** um gradiente etário (i.e., a faixa etária dos 18 aos 20 anos votam significativamente menos); **b)** uma participação significativamente menor de votantes na região centro do país; e **c)** um número significativo menor de votantes entre os que possuem um nível de educação básico. Também em relação à discussão de política, ela é francamente menor entre os/as participantes das regiões autónomas, entre jovens do sexo feminino, minorias étnicas e religiosas e entre os/as jovens que possuem como grau de escolaridade o ensino básico. No geral, existem menos oportunidades de emancipação e de integração na vida política para os/as jovens que vivem no interior do país. Por outro lado, podemos dizer que, depois da pertença aos sindicatos, a participação partidária e a organização de campanhas, são as formas de participação com maior abstenção juvenil. Parece que o problema fundamental da participação se concentra a nível partidário. Há um escoamento relativo dos/as jovens nos partidos e nas atividades de organização política que a vida democrática exige, o que nos leva ao ponto seguinte.

iv. As críticas direcionadas às juventudes partidárias e aos partidos são permanentes, atestando-se a difícil articulação entre estes e o mundo não diretamente partidário. Em linha com estudos anteriores (e.g., Silva & Costa, 2022; Silva et al., 2022), reconhecemos as poucas possibilidades dos/as jovens incorporarem as listas, enquanto os partidos parecem interessar-se cirurgicamente pelos/as jovens e pelos movimentos sociais nos momentos eleitorais, com provas de desinteresse generalizado por parte

dos/as membros mais velhos/as. Estes/as participantes mais velhos/as tendem frequentemente a entender os/as jovens como *staff* auxiliar (cf. Costa & Silva, 2022) sem promoção de relações de proximidade, educação e integração necessárias à sua valorização. Reconhecemos, assim, a existência de uma relação de mútuo desconhecimento entre jovens e estruturas partidárias, mas também em relação às instituições no seu geral, o que inviabiliza a sua aproximação mais efetiva. Os/as jovens não entendem o funcionamento destas e não as veem com bons olhos; não conhecem a sua linguagem, nem sabem como aderir ou como tomar partido, o que diferencia os partidos como forças políticas, o que é esquerda e direita, ou conceitos básicos estruturantes como política e Estado. Por sua vez, os partidos podem não interessar-se pela juventude no sentido de não proverem uma assimilação plena destes/as nas estruturas do partido, tomando, possivelmente, de forma impensada, a falta de conhecimentos como “culpa dos/as jovens” e algumas das suas motivações políticas como inocentes. Não é aleatório que a maioria dos/as jovens se sintam incompetente e apresente uma autoeficácia reduzida. Tanto o estudo quantitativo como qualitativo, evidenciam a falta de conhecimentos como uma dimensão que veda a participação política juvenil. Só no estudo quantitativo, 84,1% dizem que, quando os/as jovens não participam formalmente, é por falta de conhecimentos. Na globalidade, os/as jovens sentem-se mal preparados/as para incorporar a vida política formal.

v. A falta de preparação, em conjunto com o descontentamento, pode, em diferentes casos, desencadear uma participação que os/as jovens do nosso estudo qualitativo apelidaram de *sui generis*, isto é, mais constante nos movimentos sociais, no associativismo e na discussão política quotidiana, assim como numa imensidão de espaços sociais e atividades (e.g., assinar petições ou abaixo-assinados). Por norma, estas formas de participação são entendidas como mais compreensíveis e orgânicas, acarretando maior entusiasmo e capacidade percebida de transformação, ou seja, maior autoeficácia na condução dos processos sociais e cívicos (cf. Diemer & Li, 2011). Por exemplo, o estudo de Silva e colaboradores (2022) mostra como os/as jovens portugueses/as entendem as manifestações de rua como o ponto alto da sua participação política, em que um registo emotivo e efusivo toma lugar. Segundo os autores, há uma indignação e reivindicações partilhadas que encontram um lugar de realização, de contestação, de libertação e de expressão. A entrada nas atividades dos movimentos sociais e do associativismo parece ser mais fácil e verdadeiramente mais política. Se o epicentro da vida política são as ruas e a vida quotidiana, também é certo que estes discursos podem levar a um reforço vicioso de exclusão dos/as jovens e à sustentação de ideias desajustadas sobre a política (cf. Swyngedouw, 2014). O foco na ação constante, organizada ou mais dispersa, precisamente para evitar o mecanicismo de uma participação política baseada no voto, é fundamental. Ainda assim, devemos ter cautela em deduzir que as formas políticas contidas nos diferentes subgrupos podem ser substituíveis, ou que podem tomar o lugar umas das outras. Eventualmente, também devemos ter reservas em admitir que, desde que estejam a participar (Ribeiro et al., 2015), é irrelevante a forma dessa participação entre os/as jovens. Esta é uma forma de expressão

crítica e de resistência ao elitismo político muito relevante, mas que pode tornar-se na sua perpetuação. Os/as jovens sentem na pele a dura realidade da interdição da vida política aos que possuem capital simbólico, social e cultural² para fazê-lo. Por isso, quando proferem uma política *sui generis* a partir de outras formas de participação, dão conta dessas dificuldades, ainda que a hipótese da compensação seja insuficiente. Prova disso é que os/as participantes entendem que a política *sui generis* tem um efeito contraproducente já que os/as deixará *ad infinitum* fora dessas formas políticas, embora reconheçam que tal contradição não pode resolver-se de forma artificial e remediativa. Neste sentido, os/as jovens pedem a reconsideração da participação política em si mesma, a aproximação das instâncias formais às formas associativas e uma orientação comprometida com os problemas reais que surgem na vida dos/as jovens e da população. Relembre-se que, no estudo quantitativo, 65,4% dos/as jovens mencionam a relevância de apostar em iniciativas comunitárias e populares e que, no estudo qualitativo, os/as jovens instam por educação política (e.g., utilização da disciplina educação para a cidadania, uso de parlamento lúdico para crianças).

vi. A media social já se tornou o meio de comunicação mais utilizado pelos/as jovens, ainda que pareça não gerar diferenças significativas em termos da participação política. Para os/as participantes, fazer uma política mais jovem passa por utilizar ferramentas digitais. Esta preponderância da media social espelha-se na defesa de que os próprios partidos, assim como atores políticos mais formais, devem reforçar a utilização dos meios digitais para alcançar a população juvenil. Também as próprias instituições juvenis devem ser reconfiguradas nesse sentido, melhorando a sua interface *online* e digitalizando a divulgação de atividades. Mas a extensão da atividade política para o ciberespaço, principalmente com foco na media social, merece uma atenção redobrada e uma análise crítica fundamentada. Ao longo dos últimos anos, a media social tem vindo a ser construída sob uma promessa de democratização no acesso à informação e no estabelecimento de uma participação política baseada na proximidade com figuras políticas e para discutir política com a comunidade (cf. *Schradie, 2019*). Na Europa, nas últimas duas décadas, a transição da política para o ciberespaço tem tido uma adesão considerável para alguns partidos, refletidos na criação dos chamados partidos digitais, que comunicam e organizam as suas atividades a partir dos novos meios digitais (cf. *Barberà, Sandri, Correa & Rodríguez-Turuel, 2021*). Contudo, a maior proximidade nem sempre é autêntica. Os meios digitais descentralizados atuais podem dar uma sensação de proximidade, mas esta pode também ser fabricada. A participação política *online* não pode dispensar as necessidades educativas e de treino político. Como meio de comunicação, a media social pode, de facto, promover a discussão, que são a continuidade da vida offline, mas, dado que cada vez mais qualquer pessoa pode produzir conteúdos, muitas vezes, falsos, são vários os perigos da atividade *online* e da desinformação.

vii. Dependendo da minoria em questão, as experiências de marginalização mostram ter efeitos diferenciados na participação política global e organizada por subgrupos. Minorias étnicas e religiosas participam significativamente menos. Esta participação política menos intensa alinha-se com a hipótese explicativa formulada por alguns autores (e.g., *Teney & Hanquinet, 2012*) de que as minorias participam menos por não reconhecerem na participação política uma resolução efetiva para os problemas que lhes concernem. Em paralelo, deve ser referido que as participantes do género feminino participam globalmente menos do que os homens, o que indicia ainda uma predominância masculina na política. Este resultado traz à luz as dificuldades que as mulheres enfrentam ainda, mesmo após sucessivas reivindicações e ações, em ocupar os espaços políticos-sociais-cívicos. Contudo, os resultados também colocam em tela a preponderância atual do movimento LGBT, já que esta comunidade é das que mais participa politicamente, principalmente em movimentos sociais e discussão política. As reivindicações LGBT são um caso paradigmático de um movimento que, ao longo dos últimos anos, tem ocupado vários espaços políticos-sociais-cívicos com o objetivo de sensibilizar e promover o fim da opressão de que são alvo. Este é um exemplo recente de sucesso de pressão política baseado em experiências de marginalização social comuns, que criaram uma propulsão para a consciência crítica e geradoras de uma ação conjunta, organizada e concertada (*Diemer & Li, 2011; Silva et al., 2021*).

viii. Por fim, mas não menos importante, o sistema de educação parece não responder às necessidades de formação para uma maior participação política, ao mesmo tempo que aparece como espaço desaproveitado, pois poderia ser, por excelência, um espaço de educação com caráter universal. A disciplina de educação para cidadania é vista como o melhor exemplo de como o sistema educativo não rentabiliza espaços relevantes para promover a participação política. Uma vez que as lacunas em termos de currículo escolar são inúmeras (i.e., ausência de momentos que suscitem o debate de natureza política, ausência de conhecimentos sobre as instituições, falta de conhecimentos sobre áreas como economia, ciência política e administração pública), entre os/as jovens abundam dúvidas sobre como encetar uma participação política mais informada e efetiva. Os nossos resultados indicam que serão aqueles/as que vão ter mais educação ao longo da vida os/as que acabarão por participar globalmente de forma mais significativa (ver também, *Henn & Foard, 2014*). Esta tendência deve ser revertida precisamente para combater a elitização da política. De relevar, apesar de tudo, a contribuição positiva de disciplinas como História e Filosofia.

²A noção de capital, aqui usado na esteira de Pierre Bourdieu, representa a conjugação das dimensões económica, cultural e social que, nas sociedades estratificadas, se reproduzem e promovem a mobilidade social. Estas três formas de "poder" reificam, por sua vez, o que o autor apelidou de "capital simbólico" capaz de ser socialmente transmitido e apreendido (Bourdieu, 1986).



cap.5.

PROJETO 'POLITICAMENTE DESPERTO': MAIS INFORMAÇÃO, MELHOR PARTICIPAÇÃO

Recomendações

A emancipação dos/as jovens, no que à autonomia de vida diz respeito, implica a sua emancipação política que, por sua vez, envolve a priorização social do treino político. Este treino deve começar pelo sistema de educação, mas implicando, ao mesmo tempo, uma submersão plena dos/as jovens na vida política. Sabe-se que as formas de participação política se interconectam e que devemos fomentar uma participação política-social-cívica criteriosa e articulada. Para isso, é fundamental prover conhecimentos e ferramentas, preparando ao mesmo tempo os/as jovens para as tensões, contradições e desvinculações que ocorrem, ou que podem ocorrer, entre elas. Partindo destas premissas, e em face das evidências de estudos anteriores e dos novos dados trazidos à luz neste estudo, concluímos este relatório tecendo recomendações que visam o fomento da promoção integral da participação política. Estas recomendações estão organizadas em cinco eixos:

I. REFORÇO DOS ARRANJOS DEMOCRÁTICOS PARTICIPATIVOS | O descontentamento social manifesta-se, nas sociedades contemporâneas, desde várias audiências sociais, de forma plural, colocando em causa a plausibilidade e a continuidade das instituições democráticas (*Habermas, 1995*). Um dos caminhos mais debatidos para ativação de um ecossistema de formas políticas e para combate destes diferentes descontentamentos, é através da introdução de novos arranjos participativos ou do reforço dos já existentes (e.g., OPJ, consultas públicas a associações e à sociedade civil, referendos, reforço de assembleias populares, comunitárias e municipais). Além do mais, a chamada democracia participativa tende a ser apresentada como uma saída eficaz face à carência de representatividade democrática e à elitização política das democracias representativas liberais (*cf. Santos & Avritzer, 2002*). Ainda que devamos ter uma abordagem crítica perante esta “solução reformista participativa” - já que em si mesma esta pode não conseguir travar a elitização política, apenas reproduzi-la de outra forma - os arranjos participativos podem, caso sejam devidamente promovidos, ter efeitos benéficos para a participação política: esta torna-se mais acessível, mais compreensível e mais vivida; providenciam-se canais de agilização entre atores políticos, social-laborais e cívicos; promove-se um conhecimento contextualizado tácito superior, entre os/as jovens e os cidadãos e cidadãs envolvidos/as, acerca de como e quando atuar nas diferentes formas de participação de modo a defender interesses e projetos políticos; entre outros. Seria relevante garantir que, em todos os casos, o desenlace e os resultados destas iniciativas sejam sempre retornados à comunidade mais vasta, promovendo a sua continua discussão e retroalimentação. A forma como estas iniciativas vão ser operacionalizados pode ser matéria de consulta e de construção com grupos de jovens, rentabilizando o potencial mediador do IPDJ e do CNJ para o efeito.

ii. REFORMA DO SISTEMA EDUCATIVO | Sugere-se a criação de uma disciplina de administração pública no ensino secundário e o desenvolvimento de conteúdos programáticos organizados, com professores/as devidamente habilitados/as para lecionar uma disciplina de educação para a cidadania orientada para o envolvimento cívico e para o funcionamento das instituições democráticas. Esta disciplina deve estar presente desde o ensino básico e deve privilegiar uma intervenção lúdico-pedagógica, ajustada ao devido estágio de desenvolvimento das crianças e jovens ao longo dos diferentes anos escolares. Esta oferta educativa pode também assumir um caráter não-formal através de programas formativos complementares sobre os poderes e as instituições democráticas.

iii. REFORÇO DA RELAÇÃO ENTRE ESTRUTURAS PARTIDÁRIAS E COMUNIDADE MAIS VASTA E COM OS/AS JOVENS EM PARTICULAR | O não envolvimento partidário dos/as jovens, e da população portuguesa em geral, é uma questão bem documentada (e.g., Magalhães & Moral, 2008). Em 2008, por exemplo, houve um decréscimo de membros partidários em Portugal, com exceção, nesse ano, do PSD e do BE (cf. Biezin, Mair & Poguntke, 2012). Os/as jovens constituem o universo partidário que demonstra mais interesse pela política (Lobo & Sanches, 2017). Na verdade, são a energia da vida política dos partidos. Estes são, assim, os principais interessados na renovação de gerações e na atração de jovens. Também por isso, sugerimos que apostem em programas de integração à vida partidária e promovam a divulgação das formas de adesão aos partidos. Não só a relação com as juventudes deve ser aprimorada, mas também com a comunidade exterior. A promoção de atividades partidárias abertas à comunidade, com temas de interesse atual, é de extrema relevância (e.g., dias abertos sobre o partido e as suas atividades).

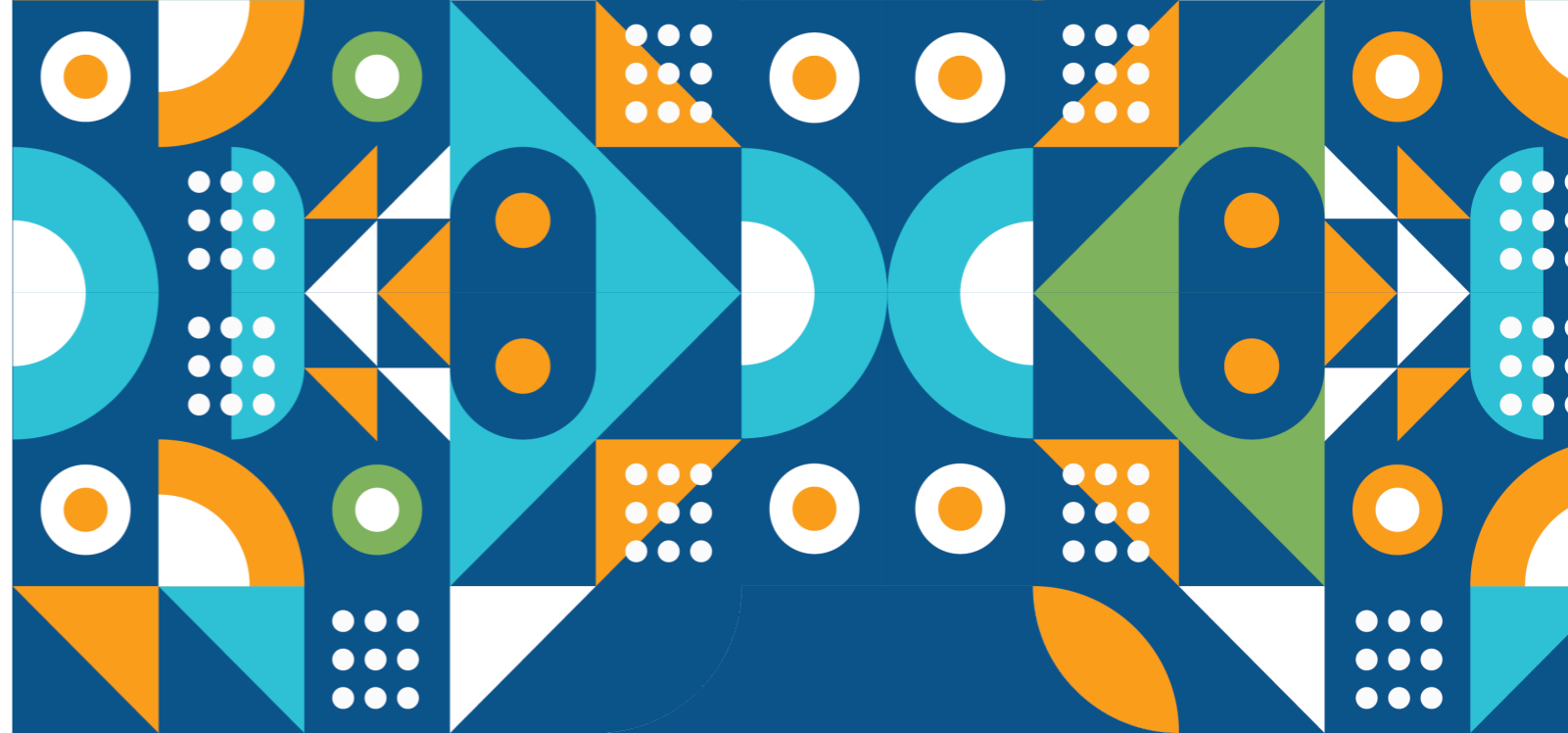
iv. FORMAÇÃO SOBRE O CIBERESPAÇO COMO EXTENSÃO DA VIDA POLÍTICA | O ciberespaço pode fomentar o reforço da democracia participativa pois possui a capacidade de colocar em diálogo e de aproximar um conjunto significativo de pessoas. As redes sociais têm promovido acesso a informação e parecem estar positivamente associadas com as diferentes formas de comunicação política, como a imprensa partidária (Silva & Costa, 2022) e a difusão de atividade de movimentos sociais e plataformas cívicas (Soares et al., 2022). Vários partidos têm usado as várias ferramentas que o ciberespaço proporciona para divulgação de atividades e aproximação dos seus membros (Barberà, Sandri, Correa & Rodríguez-Turuel, 2021). Contudo, há vários problemas a este nível. Não obstante ao que foi mencionado, o ciberespaço pode transformar a ação política numa mera “opinião de facebook”, levando à sua redução estética. Podemos dizer, como enquadramento inicial, que o ciberespaço e a media social são úteis como instrumentos, mas muito problemáticos como campo de realização política (cf. Silva et al., 2022). Por outro lado, a expansão da produção de notícias e de conteúdos leva à realidade das fake news e, mesmo quando não são notoriamente falsas, o acesso a um sem-fim de diferentes informações pode conduzir amplamente à desinformação.

Atividades de sensibilização para o clima de pós-verdade e para uma postura crítica na utilização da media social para fins políticos é fundamental.

v. PREPARAÇÃO E INTEGRAÇÃO MAIS PRECOCE DOS/AS JOVENS NA VIDA POLÍTICA | Alguns estudos (e.g., Silva et al., 2022) sugerem que a idade para votar deveria ser reduzida para 16 anos com o objetivo de assimilar jovens na política convencional e para lhes dar mais oportunidades de integração precoce nos partidos e nas associações. Uma forma de preparar precocemente os/as jovens é a partir da política local durante as eleições autárquicas, mas também com a participação em assembleias municipais, onde os/as jovens, desde o ensino básico, podem ser convidados a escrever sobre problemas que afetam a vida escolar e a sua comunidade imediata de vida, levando-os à assembleia municipal, com o devido acompanhamento e monitorização. Existe ainda, no plano formal, a possibilidade, também entendível por interesse no fortalecimento da democracia, de se estabelecerem quotas de participação por grupos de idades, capazes de garantirem a efetiva presença dos/as jovens nos diversos patamares e órgãos de governação.

EM SÍNTESE, RECOMENDAM-SE AS SEGUINTE AÇÕES:

1. Investir em medidas e ferramentas de democracia participativa, garantindo o feedback e efetiva operacionalização dos resultados das consultas;
2. Reconfigurar conjuntamente com os/as jovens os canais de participação política, rentabilizando as redes e o potencial mediador do IPDJ e do CNJ;
3. Criar uma disciplina de administração pública no ensino secundário;
4. Criar programas formativos sobre os poderes e as instituições democráticas;
5. Apostar em programas de integração à vida partidária e divulgar formas de adesão aos partidos políticos;
6. Promover atividades partidárias abertas à comunidade, sobre temas de interesse atual;
7. Organizar atividades de sensibilização para o clima de pós-verdade e para uma postura crítica na utilização da media social para fins políticos;
8. Preparar precocemente os/as jovens a partir da política local, através de iniciativas como a participação em assembleias municipais.



cap.6.

PROJETO 'POLITICAMENTE DESPERTO': MAIS INFORMAÇÃO, MELHOR PARTICIPAÇÃO

Referências bibliográficas

Accornero, G. & Pinto, P. (2015), '*Brandos costumes? Protesto e mobilização em Portugal sob a austeridade, 2010-2013*', Estudos Ibero-Americanos, 41(2), 393-421

Ahmad, S. (2015), '*Role of socioeconomic status and political participation in construction of apathy among youth*', *Journal of human behavior in the social environment*, 25(8), 801-809. DOI: 10.1080/10911359.2015.1021065

Amna, E., & Ekman, J. (2014), '*Standby citizens: Diverse faces of political passivity*', *European Political Science Review*, 6(2), 261-281. Doi: 10.1017/S175577391300009X

Aureli, A.; & Mudu, P. (2017), '*Squatting: Reappropriating democracy from the state*', *Interface: A Journal for and about social movements*, 9(1), 497-521

Bandura, A. (1977), '*Self-efficacy: Toward a unifying theory of behavioral change*', *Psychological review*, 84(2), 191-215

Barberà, O., Sandri, G., Correa, P. & Rodríguez-Turuel, J. (2021, eds.). *Digital parties: The challenges of online organization and participation*. Cham: Springer

Bennett, W. L. (2003), 'Civic learning in changing democracies: Challenges for citizenship and civic education', Center for Communication and Civic Engagement, Working Paper #4. URL (Consulted September 2009): http://depts.washington.edu/ccce/assets/documents/bennet_civic_learning_in_changing_democracies.pdf

Bianchi, I. (2018), '*The post-political meaning of the concept of commons: The regulation of the urban commons in Bologna*', *Space and polity*, 22(3), 287-306. doi: 10.1080/13562576.2018.1505492

Biezin, I., Mair, P.; & Poguntke, T. (2012), '*Going, going... gone? The decline of party membership in Contemporary Europe*', *European journal of political research*, 51, 24-56. Doi: 10.1111/j.1475-6765.2011.01995

Bollier, David (2016), '*Commoning as a transformative social paradigm*', *The next system project*, 28, 1-22

Bourdieu, P. (1986) '*The forms of capital*'. In J. Richardson (ed.) *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*, pp. 241-258. New York: Greenwood

Brown, W. (2015). *Undoing the demos: Neoliberalism's stealth revolution*. New York: Zone Books

Clark, L. S. (2016), *Participant or zombie? Exploring the limits of the participatory politics framework through a failed youth participatory action project*, The Information Society, 32(5), 343-353. DOI: 10.1080/01972243.2016.1212619

Costa, P. (2022), *A participação política da juventude em Portugal: Portugal em 2020*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Costa, P., Magalhães, P.; Costa, E.; Menezes, I.; Silva, P.; & Ferreira, P. (2022), *A participação política da juventude em Portugal: Relatório Síntese*. Lisboa: Gulbenkian

Cruz, M. B. (1985), *'A participação política dos jovens em Portugal'*, Análise Social, XXI(87-88-89), 1067-1088

DeMartini, J. (1983), *'Social movement participation: Political socialization, generational consciousness, and lasting effects.'*, Youth and Society, 15(2), 195-223. Doi: 10.1177/0044118X83015002005

Diemer, M.; & Li, C. (2011), *Critical consciousness development and political participation among marginalized youth*. Child Development, 82(6), 1815-1833. DOI: 10.1111/j.1467-8624.2011.01650.x

Edelman, M. (2001), *'Social movements: Changing paradigms and forms of politics'*, Annual review of Anthropology, 30, 285-317. Doi: 10.1146/annurev.anthro.30.1.285

Ehsan, M. R.(2018), *What Matters? Non-Electoral Youth Political Participation in Austerity Britain*. Societies 8(4). DOI: 10.3390/soc8040101

Estanque, E.; Costa, H.; & Fonseca, D. (2018), *'Building the 'contraption': Anti-austerity movements and political alternative in Portugal'*. In. B. Roca, E. Martín-Díaz & I. Díaz-Parra (eds.), Challenging austerity: Radical left and social movements in the south of Europe, pp. 111-132. New York: Routledge

Esteva, G. (2015), *'The hour of autonomy'*, Latin American and Caribbean ethnic studies, 10(1), 134-145. doi: 10.1080/17442222.2015.1034436

Farthing, R. (2010), *The politics of youthful antipolitics: Representing the 'issue' of youth participation in politics*. Journal of Youth Studies, 13(2), 181-195. DOI: 10.1080/13676260903233696

Ferreira, P.; Azevedo, C.; & Menezes, I. (2012), *'The developmental quality of participation experiences: Beyond the rhetoric that "participation is always good!'*, Journal of Adolescence, 35(3), 599-610. doi: 10.1016/j.adolescence.2011.09.004

Ferreira, V. S. (2017a), *Milénios, gerações e geracionismos: Pistas de um processo de transição geracional*. In. V. S. Ferreira, M. C. Lobo, J. Rowland & E. R. Sanches (eds.), Geração Milénio? Um retrato social e político, 17-38. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais

Ferreira, V. S. (2017b), *Os jovens perante o (des)emprego, o trabalho e o futuro nos anos de austeridade*. In. V. S. Ferreira, M. C. Lobo, J. Rowland & E. R. Sanches (eds.), Geração Milénio? Um retrato social e político, 39-78. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais

Habermas, J. (1995). *Problemas de legitimación en el capitalismo tardío (5th ed.)*. Buenos Aires: Amorrortu editores

Hannan, J. (2018), *'Trolling ourselves to death? Social media and post-truth politics'*, European Journal of Communication, 33(2), 214-226. Doi: 10.1177/0267323118760323

Harris, A.; Wyn, J., & Younes, S. (2010), *'Beyond apathetic or activist youth: 'Ordinary' young people and contemporary forms of participation'*, Young, 18(9), 9-32. Doi: 10.1177/110330880901800103

Harvey, D. (2017). *La condición de la posmodernidad: Investigaciones sobre el origen del cambio cultural*. Buenos Aires: Amorrortu editors

Henn, M. & Foard, N. (2014), *'Social differentiation in young people's political participation: The impact of social and educational factors on youth political engagement in Britain'*, Journal of Youth Studies, 17(3), 360-380. doi: 10.1080/13676261.2013.830704

Hodkinson, S. & Chatterton, P. (2006), *'Autonomy in the city? Reflections on the social centres movement in the UK'*, City, 10(3), 305 - 315

Kalpokas, I. (2019). *A political theory of post-truth*. Basel: Palgrave

Kovacic, M.; & Dolenc, D. (2018), *'Youth participation in Eastern Europe in the age of austerity'*, in S. Pickard, & J. Bessant (eds.), Young People Re-Generating Politics in Times of Crises, pp. 375 - 394. Cham: Palgrave

Lima, M. P.; & Artiles, A. M. (2014), *'Descontentamento na Europa em tempos de austeridade: Da ação coletiva à participação individual no protesto social'*, Revista Crítica de Ciências Sociais, 103, 137-172

Lisi, M., & Cancela, J. (2019), *'Types of party members and their implications: Results from a survey of Portuguese party members'*, Party politics, 25(3), 390-400. Doi: 10.1177/1354068817722445

Lloyd-Evans, S. (2006), *'Focus groups'*, in V. Desai & R. Potter (eds.), *Doing development research*, 153-162. London: Sage.

Loader, B.; Vromen, A.; & Xenos, M. (2014), *'The networked young citizen: Social media, political participation and civic engagement'*, *Information, Communication & Society*, 17(2), 143-150. Doi: 10.1080/1369118X.2013.871571

Lobo, M. C. & Sanches, E. R. (2017), *Os jovens perante a política: Mudanças e continuidades entre 2007 e 2015*. In V. S. Ferreira, M. C. Lobo, J. Rowland & E. R. Sanches (eds.), *Geração Milénio? Um retrato social e político*, 123-154. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

Magalhães, P. (2022), *A participação política da juventude em Portugal: Um retrato comparativo e longitudinal*, 2002-2019. Lisboa: Gulbenkian.

Magalhães, P.; & Moral, J. (2008), *Os jovens e a política: Um estudo do Centro de Sondagens e Estudos de Opinião da Universidade Católica Portuguesa*. Lisboa: CESOP.

Maia, R. (2002). *'Participação política'*. In R. L. Maia (ed.), *Dicionário de Sociologia*, pp. 281. Porto: Porto Editora

Maia, R. (2022a). *'Debate'*. In F. D. Sousa, P. E. Mendes, J. G. Freitas, D. Ferreira, R. Rocha & A. Tavares (eds.), *Dicionário de Ciência Política e Relações Internacionais*, pp 203-204. Coimbra: Almedina

Maia, R. (2022b). *'Popularidade'*. In F. D. Sousa, P. E. Mendes, J. G. Freitas, D. Ferreira, R. Rocha & A. Tavares (eds.), *Dicionário de Ciência Política e Relações Internacionais*, pp 505-506. Coimbra: Almedina

Mair, P. (2013). *Ruling the void: The hollowing-out of western democracy*. Londres: Verso Books

Marques, R. R., Malafaia, C., Faria, J. & Menezes, I. (2020), *Using online tools in participatory research with adolescents to promote civic engagement and environmental mobilization: the WaterCircle (WC) project*, *Environmental Education Research*, 26(7), 1043-1059. DOI: 10.1080/13504622.2020.1776845

Martínez, M. (2019), *"The autonomy of struggles and the self-management of squats: Legacies of intertwined movements"*, *Interface*, 11(1), 178-199.

Mirowski, P. (2014). *Never let a serious crisis go to waste: How neoliberalism survived the financial meltdown*. London: Verso Books.

Monticelli, L.; & Bassoli, M. (2018), *'Precariousness, youth and political participation: The emergence of a new political cleavage'*, *Italian Political Science Review*, 49(1), 1-15. Doi: 10.1017/ipo.2018.11

O'Toole, T.; Lister, M.; Marsh, D.; Jones, S.; & McDonagh, A. (2003), *'Turning out or left out? Participation and non-participation among young people'*, *Contemporary Politics*, 9(1), 45-61, DOI: 10.1080/1356977032000072477

Parry, G, Moyser, G., & Day, N. (1991). *Political participation and democracy in Britain*. Cambridge: Cambridge University Press

Pestana, M.H. & Gageiro, J.N. (2003) *Análise de dados para Ciências Sociais. A complexidade do SPSS*. (3.ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo

Ryan, G. W. & Bernard, H. R. (2003), *'Techniques to identify themes'*, *Field Methods*, 15(1), 85-109. Doi: 10.1177/1525822X02239569

Ribeiro, N.; Malafaia, C.; Neves, T.; Ferreira, P.; & Menezes, I. (2015), *Constraints and opportunities for civic and political participation: Perceptions of young people from immigrant and non-immigrant background in Portugal*. *Journal of Youth Studies*, 18(6), 685-705. DOI: 10.1080/13676261.2014.992307

Rossi, F. (2009), *'Youth political participation: Is this the end of generational cleavage?'* *International Sociology* 24(4), 467-497, DOI: 10.1177/0268580909334498

Sagnier, L.; Morell, A.; Mesa, M.; Garcia, I.; Morcillo, R.; Arenas, E.; Yanguas, G., et al. (2021). *Os jovens em Portugal hoje: Quem são, que hábitos têm, o que pensam e o que sentem*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Santos, B. S., & Avritzer, L. (2002). *Para ampliar o cânone democrático. In B. Santos (ed.), Democratizar a democracia: Os caminhos da democracia participativa*, pp. 39-82. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Schradie, J. (2019). *The revolution that wasn't: How digital activism favors conservatives*. Cambridge: Harvard University Press.

Silva, P.; & Costa, E. (2022). *A participação política da juventude em Portugal. Formas emergentes de participação: As juventudes partidárias e os movimentos associativos*, pp. 39-82. Lisboa: Gulbenkian.

Silva, M.; Fernandes-Jesus, M.; Loff, M.; Nata, G. & Menezes, I. (2022). *A participação política da juventude Portugal: A participação política de jovens vista por dentro: Perspe-*

tivas de ativistas sobre as formas, as causas, os motivos e o futuro. Lisboa: Gulbenkian

Slee, T. (2017). *Uberização: A nova onda do trabalho precarizado.* São Paulo: Editora Elefante

Soares, R.; Malafaia, Ca.; Ribeiro, N.; Menezes, P. & Ferreira, P. (2022). *A participação política da juventude em Portugal. Formas emergentes de participação: Etnografia online com coletivos ativistas.* Lisboa: Gulbenkian

Spicer, N. (2018), '*Combining qualitative and quantitative methods*', in C. Seale (ed.), *Researching society and culture* (4th ed.), 637-971. Thousand Oaks, Califórnia: Sage

Stavrides, S. (2014), '*Emerging common spaces as a challenge to the city of crisis*', *City*, 18(4-5), 546-550. doi: 10.1080/13604813.2014.939476

Strauss, A.. & Corbin, J. (1990). *Basics of qualitative research: Grounded theory procedures and techniques.* Thousand Oaks, Califórnia: Sage

Stewart, D. W., & Shamdasani, P. M. (1990). *Focus Groups: Theory and Practice.* Newbury Park, CA: Sage

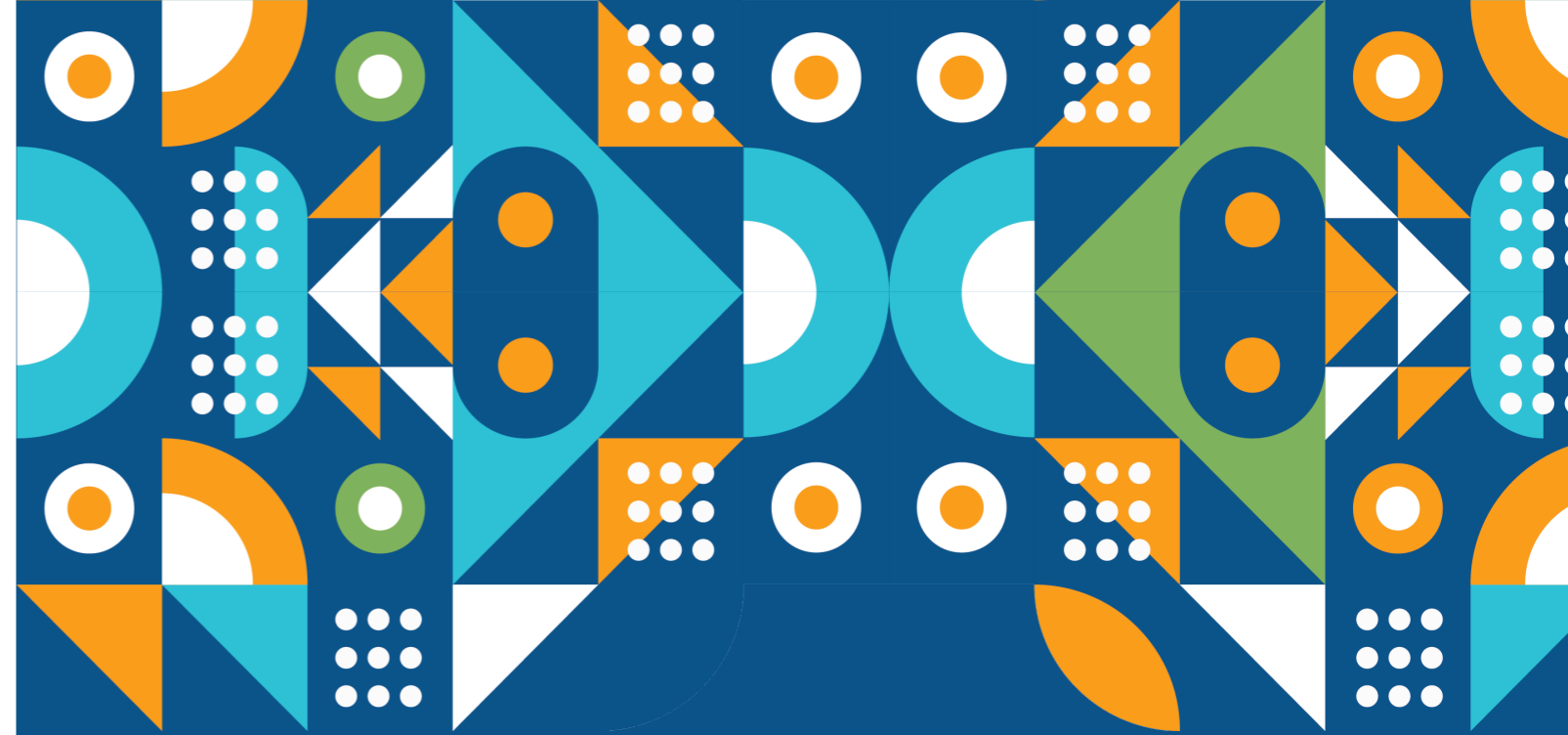
Sveningsson, M. (2015), '*I wouldn't have what it takes': Young swedes' understandings of political participation*', *Young*, 24(2), 1-18. Doi: 10.1177/1103308815603305

Swyngedouw, E. (2014), '*Where is the political? Insurgent mobilisations and the incipient return of the political*', *Space and Polity*, 18(2), 122-136. doi: 10.1080/13562576.2013.879774

Uhlaner, J. C. (2015), '*Politics and participation*', in J. D. Wright (ed.), *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences* (2ª ed., vol. 18), 504-508. Amesterdão: Elsevier.

Yates, Luke (2015a), '*Rethinking prefiguration: Alternatives, micropolitics and goals in social movements*', *Social Movement Studies*, 14(1), 1 - 21.

Williamson, H. (2014), '*Radicalisation to retreat: Responses of the young to austerity Europe*', *International Journal of Adolescence and Youth*, 19(S1), 5-18, DOI: 10.1080/02673843.2013.812041



cap.7.

PROJETO 'POLITICAMENTE DESPERTO': MAIS INFORMAÇÃO, MELHOR PARTICIPAÇÃO

Anexos

1. QUESTIONÁRIO | PARTICIPAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DOS JOVENS EM PORTUGAL

2. GUIÃO DE ENTREVISTA | GRUPOS FOCAIS

O questionário a que vais responder é confidencial e foi elaborado no âmbito do projeto “Politicamente Desperto - mais informação, melhor participação”, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Juventude, com o apoio do Programa Cidadãos Ativos, gerido em Portugal pelas Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação Bissaya Barreto.

O objetivo da sua administração é obter mais conhecimento sobre questões de participação e de emancipação dos jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos.

Está estruturado em três partes:

- (i) Identificação sociodemográfica.
- (ii) Participação cívica e política.
- (iii) Entendimentos e expectativas em relação ao País.

As informações a recolher serão tratadas apenas no âmbito do que aqui se descreve e as respostas serão anónimas.

Aceito, nos termos descritos, participar neste estudo.

1. Antes de mais, gostaríamos de conhecer as figuras públicas portuguesas que mais valorizas (de qualquer área). Indica por ordem de preferência, sendo o primeiro nome a figura que mais valorizas.

1. _____

2. _____

3. _____

I. Identificação

2. Género

- feminino 1
- masculino 2
- prefiro não dizer 3
- outro 4

Digite a sua resposta: _____

3. Que idade tens? _____ (em anos)

4. Tens filhos/as biológicos ou adotados/as?

- sim 1 passa à questão 4
- não 2

5. Caso ainda não tenhas tido ou adotado filhos/as, fazes planos para ter ou adotar?

- sim 1
- não 2

6 Caso não faças planos para ter ou adotar filhos/as, identifica quais as razões (seleciona as opções que te parecem adequadas):

- opções pessoais 1
- falta de condições financeiras 2
- falta de condições habitacionais 3
- por questões de carreira profissional 4
- outro motivo 5

7. Por favor, identifica quais das seguintes opções melhor se adequam à tua situação ocupacional/profissional (seleciona as que te parecem adequadas)

- Desempregado/a 1
- Estudante 2
- Trabalhador/a tempo completo 3
- Trabalhador/a tempo parcial 4
- Estagiário/a (ex. IEF) 5
- Bolseiro/a de investigação 6
- Trabalhador/a independente ou a recibos verdes 7

8 Descreve brevemente em que consiste o teu trabalho: _____

9. Sinto que o meu trabalho: (Seleciona a opção que melhor descreve a tua situação. Caso nenhuma das opções se adequa, seleciona "outra situação")

- Tem todas as condições que preciso 1
- É precário porque tenho que ser eu a assegurar as condições para trabalhar 2
- É precário por causa do vínculo laboral 3
- É precário porque o salário que recebo não me permite viver dignamente 4
- É precário porque não tenho progressão na carreira 5
- Não me permite conciliar a minha situação pessoal com a profissional 6
- Outra situação 7

10. Qual é o teu grau de escolaridade mais elevado?

Primeiro ciclo do básico (4º classe)	
Segundo ciclo do básico (6º ano)	
Terceiro ciclo do básico (9º ano)	
Ensino secundário (12º ano)	
Cursos médios (CTISP, politécnico)	
Licenciatura	
Mestrado	
Doutoramento	
Não sei	
Prefiro não responder	

11. Com quem resides?

- com ambos os pais 1
- com a tua mãe 2
- com o teu pai 3
- alternadamente com um e com outro 4
- com avô/ó(s) 5
- sozinho(a) 6
- com o meu namorado/a, companheiro/a ou cônjuge 7
- com filho(s)/a(s) 8
- com amigo/a(s) ou colega(s) 9
- outra situação 10
- não sei 11
- prefiro não responder 12

12. A casa onde vives é:

- tua 1
- da tua família 2
- arrendada 3

outra situação 4 Qual? _____

13. Onde resides? Indica o concelho e o distrito. Caso vivas no estrangeiro, indica-nos o País.

concelho: _____

distrito: _____

estrangeiro, especifica por favor em que país? _____

14. Qual das situações seguintes descreve melhor o rendimento do teu agregado familiar?

- o rendimento atual permite-nos viver confortavelmente 1
- o rendimento atual permite-nos viver razoavelmente 2
- é difícil viver com o nosso rendimento atual 3
- é muito difícil viver com o nosso rendimento atual 4
- não sei 5
- prefiro não responder 6

15. Qual o grau de independência que sentes na tua vida, em relação aos teus pais, familiares ou a outros?	Totalmente dependente	Mais dependente do que independente	Mais independente do que dependente	Totalmente independente	Não sei	Não respondo
	1	2	3	4	5	6
Financeira	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estilo de vida	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

II - Participação cívica e política

16. Identificas-te como sendo...	Sim	Não	Não sei	Prefiro não responder
	1	2	3	4
Minoria étnica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Minoria religiosa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Lésbica, gay, bissexual ou de qualquer orientação sexual que não seja heterossexual	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pessoa portadora de deficiência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

17. Qual a tua nacionalidade? _____

A. Pertences a algum partido político (incluindo estruturas como as juventudes partidárias)?

sim 1

não 2

B. Caso não te cause desconforto, por favor indica qual: _____

passa à questão D

C. Se sim, tens filiação ao partido?

sim 1

não 2

D. És membro de alguma associação?

sim 1

não 2

E. Por favor especifica qual/quais: _____

F. És membro de algum sindicato?

sim 1

não 2

G. Por favor, especifica qual/quais: _____

H. Participas em movimentos sociais e iniciativas cívicas?

sim 1

não 2

I. Por favor, especifica qual/quais: _____

J. Costumas discutir política?

sim 1

não 2

K. Quando discutes política, com que frequência discutes...	Nunca	Raramente	Frequentemente	Muito	Não sei	Prefiro não
	1	2	3	4	5	6
Política local	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Política nacional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Política europeia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Política internacional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

I. Com que frequência usas os seguintes canais ou formas de comunicação, para aceder a informação, opinião, notícias ou debates políticos?	Nunca	Raramente	Frequentemente	Muito	Não sei	Prefiro não
	1	2	3	4	5	6
Jornalismo convencional em papel ou online (ex. Público)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Jornalismo independente em papel ou online (ex. Jornal O Mapa, Fumaça)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Televisão (ex. RTP)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Rádio (ex. TSF, Renascença)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Media Social (ex. divulgação em Facebook ou Twitter)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Podcasts (ex. Spotify)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Subscrições de divulgação de páginas de partidos políticos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
M. Outros canais Quais? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

N. Já participaste em alguma campanha eleitoral?

- sim 1
 não 2 passa à questão Q

O Se sim, especifica a natureza da tua participação (seleciona todas as que te parecem adequadas):

- distribuir materiais de campanha sobre o(s) candidato(s) ou o partido 1
 acompanhar o(s) candidato(s) nas suas visitas dentro dos círculos eleitorais 2
 enquanto candidato/a 3
 outras formas de participação 4

P. Quais? _____

Q. Já exerceste o direito de voto?

- sim 1
 não 2 passa à questão S

R. Se sim, em que eleições (escolhe todas as que se aplicam):

- autárquicas 1
 legislativas 2
 presidenciais 3
 europeias 4
 Não me lembro 5

S. Que partidos políticos portugueses conheces melhor? Enumera no máximo até 10 partidos. Indica com o número 1 o partido que conheces melhor e assim sucessivamente(Ex: 1. XX ; 2. YZY).

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.
- 9.
- 10.

T. Que personalidades políticas portuguesas conheces melhor? Enumera no máximo até 10 personalidades. Coloca com o número 1 a personalidade política que conheces melhor e assim sucessivamente.

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.
- 9.
- 10.

U. De acordo com a escala abaixo, como te posicionas politicamente, sabendo que 1 significa a posição mais à esquerda e 7 significa a posição mais à direita. Seleciona apenas uma opção.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Não sei	Prefiro não dizer
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	---------	-------------------

V. Por favor, explica-nos o que significa para ti esta escolha:

III. Entendimentos e expectativas em relação ao país

a. O que consideras importante na tua vida?	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Não sei	Prefiro não responder
	1	2	3	4	5	6
Saúde	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Amigos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Hobbies	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Vida sentimental	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estudos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Compromisso cidadão e / ou associativo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Religião	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Política	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Questões ambientais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desporto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Vida cultural e lazer	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b. Outros temas Quais? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

c. Na altura de exercer o direito de voto, de manifestar uma posição política, que importância atribuis a cada um dos seguintes temas?	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Não sei	Prefiro não responder
	1	2	3	4	5	6
Emprego	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Educação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Poder de compra	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Saúde	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alimentação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ambiente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Habituação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pobreza	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Questões de género	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sexualidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Natalidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Transportes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cultura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desporto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Criminalidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Extremismo e radicalização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Proteção social	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dívida pública	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Emigração	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Receção de migrantes e de refugiados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d. Outros temas. Quais? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

*

e. Qual o grau de importância que atribuis aos seguintes aspetos na hora de votar num determinado partido ou candidato(a)?	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Não sei	Prefiro não responder
	1	2	3	4	5	6
A personalidade dos candidatos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O programa de governação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A ideologia do partido	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A intenção de voto da família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Inclusão de jovens nas listas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A proximidade aos cidadãos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As principais temáticas defendidas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
f. Outros atributos Quais? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

*

g. Que características mais aprecias num candidato?	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Não sei	Prefiro não responder
	1	2	3	4	5	6
O nível de educação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Filiação partidária	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Idade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sexo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Orientação sexual e identidade de género	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Origem étnica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Origem familiar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pertencer à mesma comunidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Uma carreira transparente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A sua capacidade de prestar serviço	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
h. Outros atributos Quais? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

e. Qual o grau de importância que atribuis aos seguintes aspetos na hora de votar num determinado partido ou candidato(a)?	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Não sei	Prefiro não responder
	1	2	3	4	5	6
A personalidade dos candidatos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O programa de governação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A ideologia do partido	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A intenção de voto da família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Inclusão de jovens nas listas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A proximidade aos cidadãos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As principais temáticas defendidas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
f. Outros atributos Quais? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

*

g. Que características mais aprecias num candidato?	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Não sei	Prefiro não responder
	1	2	3	4	5	6
O nível de educação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Filiação partidária	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Idade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sexo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Orientação sexual e identidade de género	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Origem étnica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Origem familiar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pertencer à mesma comunidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Uma carreira transparente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A sua capacidade de prestar serviço	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
h. Outros atributos Quais? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

i. Que razões podem levar os jovens a não participar politicamente?	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente	Não sei	Prefiro não responder
	1	2	3	4	5	6	7
Não têm interesse na política	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não têm conhecimentos sobre política	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os partidos políticos não comunicam bem com eles	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os jovens não se sentem representados pelos atuais partidos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os partidos políticos não cumprem o que prometem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As ideologias não estão bem definidas para nós	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O voto é um exercício burocrático	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
j. Outros motivos Quais? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

k. Achas que as eleições em Portugal são, regra geral, transparentes?

- sim 1 passa à questão l
 não 2 passa à questão m

l. explica porquê _____

m. explica porquê _____

n. As minhas apreciações pessoais sobre as condições de vida em Portugal:	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente	Não sei	Prefiro não responder
	1	2	3	4	5	6	7
Tenho confiança no futuro.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Considero que as perspetivas de emprego estável existem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Considero a hipótese de emigrar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Considero que é necessário apostar na renovação das carreiras da função pública	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Defendo a contratação de jovens para os setores público e privado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Considero que o sistema de ensino adotado responde às necessidades dos jovens	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Considero que o sistema de saúde é acessível e de confiança	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Considero que Portugal tem assumido posições construtivas e adequadas em relação à Europa e ao mundo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Considero que o sistema de impostos em Portugal é justo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Considero que existe segurança em Portugal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Considero que a habitação em Portugal, para aquisição ou para arrendamento, faz-se a preços justos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Considero que o país acolhe bem estrangeiros, migrantes, refugiados e minorias étnicas e religiosas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Considero que existe efetiva preocupação com as alterações climáticas e a sustentabilidade	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tenho confiança nas instituições democráticas (ex: Presidência da República, Governo, Parlamento, Tribunais)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Considero que os movimentos sociais e as iniciativas cívicas são uma parte central da vida democrática em Portugal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Penso que devemos apostar por criar iniciativas comunitárias e/ou populares que facilitem a organização local política	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

A equipa responsável pela construção, administração e tratamento do questionário agradece a sua colaboração.

Guião de Entrevista

Participação e emancipação dos jovens em Portugal

As questões que incorporam o guião de entrevista, forma de recolha de informações no âmbito do projeto “Politicamente Desperto - mais informação, melhor participação”, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Juventude, com o apoio do Programa Cidadãos Ativos, gerido em Portugal pelas Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação Bissaya Barreto, servem para captar a diversidade de posições, de opiniões e de saberes em torno das problemáticas de participação, política e cívica, e de emancipação dos jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos.

Contendo embora elementos de identificação, está assegurada a confidencialidade e o anonimato dos/as participantes sendo o tratamento global das informações destinado, em absoluta, a conhecer mais e melhor sobre o assunto.

GUIÃO

1. O que é, para os jovens, a política?
2. Na vossa opinião, os jovens participam politicamente?
(Se participam) Como participam?
(se não participam) O que os afasta da participação? Há obstáculos?
3. No vosso entender, os jovens sabem de política? Como funciona o sistema político Local, Nacional Europeu... (pode ser pergunta incorporada anteriormente)
4. Do vosso ponto de vista a política nacional preocupa-se com os jovens? Como é que a política impacta especificamente vida dos jovens?
5. Quais são as prioridades políticas, de governação, que os jovens entendem que devem ser assumidas? É que medidas podem ser adotadas para tal?
6. Por fim é de forma curta, em Portugal na área da juventude
 - O que está bem:
 - O que está mal:



PROJETO 'POLITICAMENTE DESPERTO':
MAIS INFORMAÇÃO, MELHOR PARTICIPAÇÃO



Politicamente Desperto

Iceland
Liechtenstein
Norway



Active
citizens fund

 FUNDAÇÃO
BISSAYA BARRETO


CATÓLICA
CEDH - CENTRO DE INVESTIGAÇÃO PARA
O DESENVOLVIMENTO HUMANO

PORTO


CNJ
CONSELHO
NACIONAL
DE JUVENTUDE